

REVISTA MENSAL

RN / ECONÔMICO

REVISTA MENSAL • ANO XVI • N.º 164 • MAIO/85 • Cr\$ 3.000

FLÁVIO ROCHA

**O empresário
de sucesso
e o candidato
ideológico.**

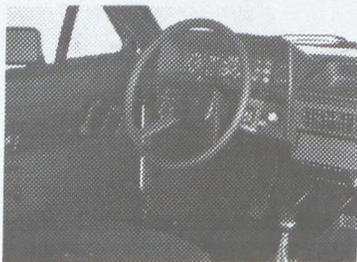
416

O RN SEM TANCREDO

OS NOVOS GOL 85 ESTÃO NA FRENTE.



VENHA FICAR FRENTE A FRENTE COM ELES.



MUDOU A CARA: OS GOL 85 TÊM NOVA FRENTE, HARMONIOSA, AERODINÂMICA.

E MUDOU O CORAÇÃO: ELES TÊM NOVO MOTOR 1.6 MD-270 COM MAIOR POTÊNCIA, MAIS ACELERAÇÃO, AGILIDADE, ELASTICIDADE, E MUITA ECONOMIA.

ALÉM DISSO, OS NOVOS GOL 85 TÊM INTERIOR COMPLETAMENTE NOVO. BANCOS ANATÔMICOS, QUE DÃO MAIS CONFORTO AO MOTORISTA, E MAIS

ESPAÇO PARA QUEM SENTÁ ATRÁS.

ACABAMENTO INTERNO MONOCROMÁTICO COM NOVOS PADRÕES E CORES. CINTOS DE 3 PONTOS AUTOMÁTICOS, DE SÉRIE. ILUMINAÇÃO CENTRAL. CONSOLÉ, MARCADOR DE TEMPERATURA, E NOVOS DETALHES QUE OS ATUALIZAM AINDA MAIS.

NOS NOVOS GOL 85 SÓ O MELHOR CONTINUA COMO ANTES: A EXTRAOR-



DINÁRIA ESTABILIDADE. A DIREÇÃO LEVE E PRECISA, OS FREIOS

EXCELENTES E PRECISOS.

OS NOVOS GOL 85 JUNTAM A MELHOR TECNOLOGIA A TUDO DE BOM QUE O GOL JÁ TINHA.

AGORA SOME TUDO ISSO COM NOSSOS PLANOS DE FINANCIAMENTO COM TODAS AS FACILIDADES, E UMA AVALIAÇÃO INCRÍVEL DO SEU CARRO USADO, QUE VOCÊ VIRÁ HOJE MESMO CONHECER OS NOVOS GOL S/LS 85.

OS CARROS QUE ESTÃO NA FRENTE.



GOL S/LS

CONCESSIONÁRIOS AUTORIZADOS

MARPAS S.A.

TAVARES DE LIRA, 159 - PTE. SARMENTO, 592



DIST. SERIDÓ S.A.

AV. NASCIMENTO DE CASTRO, 1597



ESTADO

Flávio Rocha, um empresário rumo à Câmara	8
O trabalho dos jovens empresários	15
Ônibus a gás: as falhas da experiência	16
A disputa pelo legado de Tancredo no RN	18
A força viva do dinartismo	21
Educação: o difícil acordo salarial	22
Os problemas da nova Seridó	24
Em discussão, a política salarial	25
As perspectivas do mercado de capitais	26
No comércio, a proteção ao consumidor	28
A decadência do teatro em Natal	30
A música de Glorinha de Oliveira	35
Locutores ditam o comportamento em Natal	37
Um colecionador de discos sem apoio	41
Apelo religioso vira técnica de marketing	43
O impacto das chuvas na terra ressecada	45

ARTIGOS

Cortez Pereira	7
Garibaldi Filho	23
Economia	48
Esporte	50

SEÇÕES

Homens & Empresas	4
Cartas & Opiniões	6
Cultura	34
Agenda do Empresário	49

HUMOR

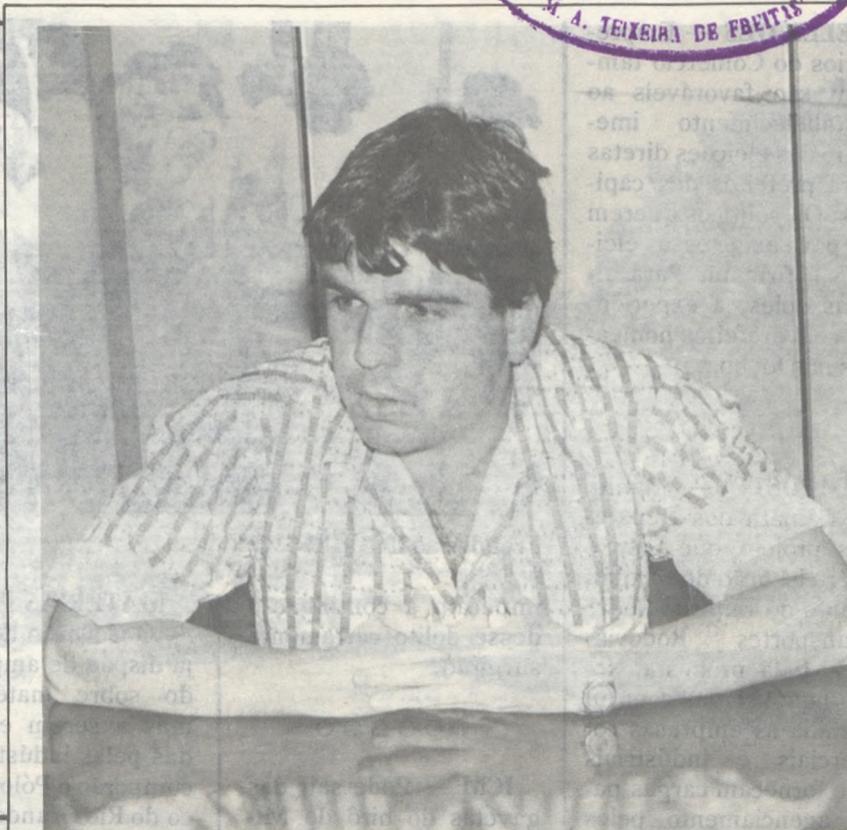
Cláudio	40
---------------	----

FOTOGRAFIA

João Maria Alves	
Aldorisse Bezerra	

CAPA

Foto: João Maria Alves	
Arte: Marcelo Mariz	



Uma entrevista exclusiva

RN/ECONÔMICO publica, com exclusividade, a primeira entrevista à imprensa concedida pelo empresário Flávio Rocha, hoje lançando-se candidato a uma cadeira de Deputado Federal pelo Rio Grande do Norte. A entrevista vem dar resposta a uma série de questões sobre sua candidatura, desde o primeiro momento polemizada por adjetivações do tipo: "Candidato de 1 milhão de dólares" ou "mandato comprado e garantido". O próprio Flávio Rocha esclarece as circunstâncias da sua arremetida

política, e oferece uma ampla visão do mundo empresarial brasileiro e local a partir de sua bem-sucedida experiência dentro das empresas Guararapes e à frente da empresa Flávio Rocha, detentora da marca **Pool**. A partir da página 10. E ainda dentro desta edição, uma análise da política estadual pós-Tancredo Neves (página 15), seguida de um retrato realista da situação potiguar com base em sua mais sofrida cidade diante do binômio seca-enchente: Mossoró (página 18). Vale a pena conferir.

RN/ECONÔMICO

REVISTA MENSAL • ANO XVI • N.º 164 • MAIO/85 • CR\$ 3.000

DIREÇÃO

DIRETOR/EDITOR: Marcelo Fernandes de Oliveira

DIRETORES: Núbia Silva Fernandes de Oliveira, Maurício Fernandes de Oliveira e Fernando Fernandes de Oliveira

REDAÇÃO

DIRETORA DE REDAÇÃO: Josimey Costa

PRODUÇÃO

Mônica Bertolotti

ARTE

Joselino Wanderley/Carlos José Soares da Silva

REVISÃO

Jóis Alberto

PROGRAMAÇÃO VISUAL E DIAGRAMAÇÃO

Moacir de Oliveira

FOTOCOMPOSIÇÃO

Antônio José D. Barbalho

DEPARTAMENTO COMERCIAL

GERENTE COMERCIAL: Vanda Fernandes de Oliveira

GERENTE DE ASSINATURAS: Antônio Emídio da Silva

RN/ECONÔMICO — Revista mensal especializada

em assuntos sócio-econômicos do Rio Grande do Norte, é de propriedade de RN/ECONÔMICO EMPRESA JORNALÍSTICA LTDA. — GGC n.º 08.286.320/0001-61 — Endereço: Rua São Tomé, 421 — Natal (RN) — Fone: 222-4722. É proibida a reprodução total ou parcial de matérias da revista, salvo quando seja citada a fonte. Preço do exemplar: Cr\$ 3.000. Preço da assinatura anual: Cr\$ 30.000. Preço do exemplar atrasado: Cr\$ 5.000. Consulta ao arquivo-memória: Cr\$ 20.000. **COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO: RN/ECONÔMICO EMPRESA JORNALÍSTICA LTDA.**

ELEIÇÕES — Empresários do Comércio também são favoráveis ao restabelecimento imediato das eleições diretas para prefeitos das capitais. Os políticos querem e o povo exige essas eleições, afirmam. Para alguns deles, a experiência com prefeitos nomeados não foi boa.

○ ○ ○ ○ ○ ○

IMPOSTO — Tramita na Câmara dos Deputados projeto que dispõe sobre isenção do recolhimento do Imposto sobre Transportes Rodoviários. Pela proposta, serão beneficiadas as tal medida as empresas comerciais e industriais que forneçam cargas para agenciamento pelos sindicatos da categoria dos condutores autônomos de veículos rodoviários.

○ ○ ○ ○ ○ ○

FRAUDES — Cumprindo determinações emanadas da Direção Geral do INAMPS, a Superintendência Regional no Rio Grande do Norte está vasculhando as contas hospitalares. A ação fiscalizadora, que deveria ser permanente, vai durar seis meses. Em 1984, dizem, foram detectadas algumas irregularidades nas contas de uma maternidade local, punida com trinta dias de suspensão do credenciamento. Felizmente, as autoridades do Ministério da Previdência reconheceram que as fraudes contra a Previdência Social representam uma sangria de recursos de muitos trilhões de cruzeiros. Mecanismos que



Fraudes ao INAMPS local

impeçam a continuação desse delito certamente surgirão.

○ ○ ○ ○ ○ ○

ICM — Pode sair das gavetas do birô do Ministro da Agricultura, proposta de isenção de ICM sobre todos os produtos alimentares considerados básicos, o que forçaria a baixa nos preços desses produtos. A constituição de um fundo nacional formado por recursos provenientes de uma pequena taxa sobre o álcool combustível compensaria a perda de receita dos Estados produtores.



Cid Arruda Câmara

MATÉRIAS-PRIMAS

— O Governo do Estado já dispõe de amplo estudo sobre matérias-primas a serem empregadas pelas indústrias que comporão o Pólo Cerâmico do Rio Grande do Norte, cujas informações constam do documento «Estudo de mercado de matérias-primas minerais para o Pólo Cerâmico do Rio Grande do Norte», elaborado pelos professores Eliezer Braz Pereira e Osires Lima de Carvalho. De posse dessas informações, segundo informa o presidente da CDI, Cid Arruda Câmara, o Governo do Estado ficou mais capacita-

do para conversar com empresários sobre o suprimento dos insumos, por ocasião da formulação e análise de projetos para o setor.

○ ○ ○ ○ ○ ○

ÁLCOOL/GASOLINA

— Se seu automóvel é movido a álcool, prepare-se. O Banco Interamericano do Desenvolvimento está condicionando a liberação de 250 milhões de dólares, destinados ao Programa Nacional do Alcool, ao cumprimento, por parte do Governo Brasileiro, das seguintes exigências: redução do diferencial do preço do álcool para a gasolina; eliminação do favorecimento (4%) da Taxa Rodoviária Única; aumento da produtividade das destilarias já instaladas, entre outras.

○ ○ ○ ○ ○ ○

PNEUS — Instalada a filial de Natal da PNEUCAR, do grupo empresarial José Albuquerque, de Fortaleza, Ceará. Comercialização a prazo de baterias, pneus e câmaras de ar para veículos de todas as marcas. Na Salgado Filho, 1848.

○ ○ ○ ○ ○ ○

CARGOS — Decididamente, não é a remuneração que provoca toda essa corrida pelos cargos federais. Um DAS-2 (titulares do SINPAS e delegacias regionais), por exemplo, não ultrapassa os Cr\$ 2 milhões mensais. Em compensação, o sujeito adquire status, pode nomear e dispensar servidores de chefias menores e, de quebra,

desfilam por aí num **Opala-preto-chapa-branca**, o melhor carro do mundo.

○ ○ ○ ○ ○ ○

INFORMAÇÃO — A Cacex e o Serpro desenvolvem atualmente um trabalho de atendimento aos participantes do comércio externo, principalmente para os pequenos e médios exportadores iniciantes: como exportar, a que preços exportar, que mercados pesquisar, qual a melhor opção de transporte, quais as barreiras tarifárias e não-tarifárias em mercados tradicionais e quais são e como funcionam os canais de comercialização. Através do Banco de Dados ARUANDA (Av. Parnamirim, 295 — Bairro Parnamirim, Recife-PE), o Serpro coloca à disposição de qualquer usuário de telex ou de micro-computadores várias bases de dados contendo as mais diversas informações como: marcas, empresas e pessoas físicas prestadoras de serviços técnicos, programas de computação de origem interna e externa, cadastro industrial, dados macroeconômicos, estatísticas e demonstrações financeiras, dentre outras.

○ ○ ○ ○ ○ ○

GUIA — Encontra-se disponível para consulta, na Associação de Exportadores do Rio Grande do Norte e na Federação das Indústrias, o Guia «American Export Register», publicação do Departamento de Comércio dos Estados Unidos que contém dados



Pomares de frutas em Jundiá

sobre empresas exportadoras norte-americanas e os produtos comercializados pelas mesmas, entre outras informações de grande interesse para os que pretendem atuar naquele mercado. Em dois volumes com texto em inglês, o Guia inclui um índice de produtos em português, francês, alemão, espanhol, árabe, chinês e japonês.

○ ○ ○ ○ ○ ○

CORREÇÃO — Os exportadores gostaram e aplaudiram a alteração no cálculo da correção monetária, que também orienta os índices de correção cambial. Explicasse: com antecedência de um mês, os exportadores ficaram sabendo o percentual de desvalorização do cruzeiro que vigo-

rou para todo o mês de abril, a partir do anúncio da ORTN de maio. Com isso, ninguém mais precisa aguardar o último momento para fechar os contratos. De resto, eles só fazem uma recomendação: que a correção cambial não seja superior à inflação no período de um ano, para que todos possam planejar seus calendários com absoluta garantia.

○ ○ ○ ○ ○ ○

FRUTAS — UFRN e Escola Superior de Agricultura de Mossoró desenvolverão, em 1985, um projeto de implantação de pomares de matrizes e produção de mudas de frutas tropicais com o objetivo de transferir e difundir tecnologias de produção, formar

pessoal técnico capaz de conduzir trabalhos de campo e treinar agricultores no setor. A pesquisa vai utilizar a infraestrutura existente no Colégio Agrícola de Jundiá, da própria ESAM e da Cooperativa Agrícola Mista de Martins. Os recursos serão transferidos pelo CNPq à Fundação Norte-riograndense de Pesquisa e Cultura, segundo informa o superintendente Aluísio Machado. A implantação de viveiros possibilitará a incorporação de novas espécies de grande potencial produtivo atualmente ausentes do cenário agrícola do Estado. Ainda para o corrente ano, o projeto prevê a produção de 30 mil mudas de sapoti, limão, pinha, umbu, tamarindo, jenipapo, graviola e cajarana.

Parabéns e sugestões

Sr. Redator,

Quero diante desta oportunidade que me está sendo concedida por esta conceituada revista transmitir os mais extensivos votos de parabenizações a toda Direção da **RN/ECONÔMICO** pela excelente maneira como vem sendo conduzido nosso Estado em termos de informática nas áreas: Social, Econômica, Política e Financeira, por conseguinte, vem traçando os rumos de nossas informáticas, e, diante desta oportunidade neste canto de página, gostaria de que na próxima edição de **RN/ECONÔMICO** me fosse dada uma cobertura da violência na Cidade do Natal, haja vista que, com certeza, a violência está assustando nosso dia a dia, por conseguinte, gostaria que me fosse efetuada por esta revista uma pesquisa buscando os índices de criminalidade no Estado, a delinqüência infantil como anda, o problema do menor abandonado, como anda a vida nos presídios, principalmente em nossa Colônia Penal João Chaves denominada de: «CASA DO TERROR, CASA DOS DIABOS», etc etc onde muitos até dizem que ali prevalece a lei dos mais fortes. Então senhores Diretores, aguardo vossas atenções para que me seja publicada na próxima edição de **RN/ECONÔMICO** uma completa reportagem sobre a criminalidade no RN.

No aguardo de contar com vossas atenções, valho-me da oportunidade para elevar-lhe minhas expressões de elevado apreço com um grande abraço do leitor, — **NELSON DOS SANTOS ALVES — NATAL/RN.**

Contra conjuntos

Sr. Redator,

Há algo de muito errado com a política habitacional no Brasil, e não é só a questão financeira, como muitos podem pensar. Jamais morei em conjuntos habitacionais, mas sou bom observador o suficiente para detectar, naqueles tipos de moradia, alguma coisa de inumano que, certamente, deve tornar a vida de seus habitantes menos agradável do que seria de se supor.

Quando contemplo imensos terrenos pontilhados de cubículos iguais, monótonos em sua uniformidade, assombrosos em seu desconforto, inquietantes em sua aridez sem árvores e sem sombras, acabo me perguntando como um ser humano poderia se sentir digno ao morar assim. Logicamente, a absoluta falta de opções faz descer o patamar da dignidade.

Natal tem a monstruosidade sem tamanho denominada Cidade Satélite. O isolamento são as casas mal-construídas e a hostilidade do sol são as ruas sem vida. O calor sem amenidade lembra retirantes com vidas secas. A distância e a falta de infra-estruturas urbanas — não há praças, não há bancos nem jar-

dins — remetem ao planejamento desorganizado das construtoras oficiais. Os arquitetos conscientes bem o sabem que a solução mais humana e mais barata não seria extirpar da cidade tantas pessoas e tantas moradias ao mesmo tempo.

Afinal, Natal não é tão povoada assim. — **JANÚCIO BARROS DE OLIVEIRA — NATAL/RN.**

A vez de Mossoró

Sr. Redator,

Apesar de gostar muito da revista **RN/ECONÔMICO**, estou sentindo falta de mais matérias com Mossoró sem ser somente no número que fala da Região Oeste e que já virou tradição na mesma época em que acontece a Festa da Abolição, conhecida por todo o Rio Grande do Norte e comemorada com muita alegria por todos os mossoroenses. Por isso é que eu sugiro que sejam feitas mais matérias com Mossoró, uma cidade de grande importância dentro das terras potiguares, que tem contribuído muito para a economia do nosso Estado, que vive espremido entre seca e enchente há tanto tempo que ninguém se lembra mais. Essa aí é a minha sugestão, se for possível atender, fico grato.

Atenciosamente, — **MANOEL ANTÔNIO DE ALMEIDA — MOSSORÓ/RN.**

Sua sugestão está sendo atendida já na presente edição, com a matéria «O Impacto das Chuvas na Terra Castigada pela Seca».

Uma boa capa

Sr. Redator,

Parabéns à revista **RN/ECONÔMICO** pela excelente capa da edição passada (**Abril/85, n.º 163**). Foi uma das melhores, de leitura fácil, e mostrando um quadro realmente interessante da economia do nosso Estado. Mostra que a revista realmente ocupa um lugar único

dentro desse tipo de publicação aqui. Continuem assim. — **LAUREN ARRUDA S. DA ROCHA — NATAL/RN.**



Cartas e opiniões para: Redator RN/Econômico, Rua São Tomé, 421 — Cidade Alta — Natal-RN.

Cinquenta milhões de dólares

CORTEZ PEREIRA

Não sei se é em razão de uma nova e promissora perspectiva de contratação, o certo é que se voltou, agora, a falar no financiamento dos US\$ 50.000.000,00 (cincoenta milhões de dólares) ao Governo do Rio Grande do Norte.

Entrevistas de dois senadores e do ex-Presidente da Assembléia, informando a unânime aprovação pelos deputados da autorização legislativa, polemizam o assunto.

Em junho do ano passado tivemos oportunidade de conhecer a Mensagem do Governador, encaminhando o Projeto-de-Lei n.º 0105/84. Chamou-nos a atenção o programa de investimento, destinando 62%, isto é, US\$ 26.000.000,00 (vinte e seis milhões de dólares) a implantação e pavimentação de rodovias, 30% para açudes e poços, 12% para eletrificação rural e 6% beneficiando a infra-estrutura urbana.

De tal modo nos impressionou o endividamento em dólar para realizar os fins especificados que procuramos, pessoalmente, o Governador e transmitimos razões e argumentos para uma possível reflexão sobre o assunto. Falamos uma linguagem de confiança e estímulo ao dizer-lhe que, com tão alta soma de recursos, poderia ser realizada uma consagrada ação de Governo, se voltada para reduzir ou mesmo eliminar o desemprego, responsável maior pela miséria.

Entendemos que a grande responsabilidade dos que governam é lutar para eliminar as piores formas de pobreza, porque é impossível a convivência da dignidade com a miséria.

Assim devia pensar o Presidente Tancredo Neves quando prometeu à Nação, perante o Congresso, no emocionante discurso da sua eleição, uma luta sem trégua enquanto houvesse no Brasil um desempregado ou um faminto.

Essas preocupações, tão graves, infelizmente, não inspiraram o plano de aplicações dos US\$ 50.000.000,00 (cincoenta milhões de dólares).

A implantação e pavimentação de rodovias têm alta importância na proporção em que sua falta estrangula a circulação da produção. O Rio Grande do Norte, graças principalmente aos dois últimos Governos, melhorou muito uma situação rodoviária que já era boa, comparando com os outros Estados do Nordeste.

Por outro lado, a implantação e pavimentação de estradas representam grandes concentrações de capital, em máquinas e equipamentos, para se obter uma baixa absorção de mão-de-obra.

Ora, isto representa aplicarmos muito o que temos pouco, que é o capital; para utilizarmos pouco o que temos muito, que é o trabalho.

Se o atraso nos sufoca, só nos libertaremos dele racionalizando os investimentos, com duas preocupações básicas: 1.º realizando o potencial disponível de trabalho; 2.º que este trabalho assegure emprego e produção permanentes.

Por todas essas razões não nos parece certo que o Rio Grande do Norte, no atual estágio e circunstância aplique, endividando-se em dólar, US\$ 26.000.000,00 (vinte e seis milhões de dólares) implantando e pavimentando rodovias.

Certo não nos parece também tomar emprestado US\$ 3.000.000,00 (três milhões de dólares) para melhorar a infra-estrutura urbana, quando se tem, como problema equivalente ao desemprego e à fome, o custo social das cidades grandes. Elas se tornam cada vez mais atrativas, desarticulando a produção rural, que se vinga, inchando-as de desempregados, de pressões, de violência.

Açudagem foi uma das metas mais obstinadamente buscada pelo nosso Governo, mas ao fazê-lo obtivemos recursos a fundo perdido no Ministério da Agricultura e nos apoiamos na política norte-americana de «Alimentos para o Desenvolvimento».

O açude é um grande benefício social mas de muito lenta resposta econômica. O mesmo direi da eletrificação rural principalmente aqui, no Rio Grande do Norte, onde o emprego de linhas monofásicas induz a que se tenha mais iluminação e menos utilização de força.

Empréstimo em dólar, só defendemos, se aplicado para realizar o grande potencial da força de trabalho de que dispomos e, assim mesmo, em atividades direta e permanentemente produtivas.

Fora desta política, nos parece uma temeridade submeter a frágil pobreza do nosso Estado as imprevisões onde grandes e ricos países estão naufragando. Basta haver imperceptíveis alterações negativas na economia dos Estados Unidos para que, num aumento de juros ou mesmo numa valorização do dólar, tenhamos nossos débitos acrescidos sem qualquer acréscimo de benefícios.

É o Rio Grande do Norte, coitado, alistando-se, também, na legião dos pobres para tornar mais rico, o rico do mundo.



Flávio Rocha rumo à Câmara Federal

ESPECIAL

Um candidato em defesa da saúde econômica do Estado

Pool

Candidato de 1 milhão de dólares. Jovem empresário de talento e sucesso. Não bastassem essas duas significativas condições — embora a primeira não corresponda exatamente a verdade — é também herdeiro do império Guararapes. Esse o perfil simplificado do mais novo pretendente a uma cadeira de deputado federal, Flávio Gurgel Rocha, Diretor da empresa que leva o seu nome e que presta serviços a partir da nacionalmente conhecida marca Pool. Sua larga experiência enquanto empresário, suas pretensões políticas e sua visão da realidade são divulgadas, com exclusividade, nesta entrevista de *RN/ECONÔMICO*, o primeiro teste e o primeiro contato com o intrincado mundo da política norte-riograndense.

RN/ECONÔMICO — Quem é Flávio Rocha?

FLÁVIO ROCHA — Um norte-riograndense desejoso de servir ao seu Estado, que se ausentou durante algum tempo por outras contingências que não vêm ao caso aqui. Mas essa ausência me proporcionou algum preparo que posso reverter em favor do povo carente do Estado, e me proporcionou, principalmente, contatos da maior importância no meio empresarial. O modelo de desenvolvimento que eu imagino é via investimentos privados. Acho que o Estado é um berço excepcional para acolher qualquer tipo de investimento, desde que haja uma mentalidade nesse sentido.

A minha atividade profissional é a direção de uma empresa que leva meu nome — Flávio Rocha — detentora da marca Pool.

“O modelo de desenvolvimento que imagino é via investimentos privados”

RN/ECONÔMICO — Como funciona a Pool?

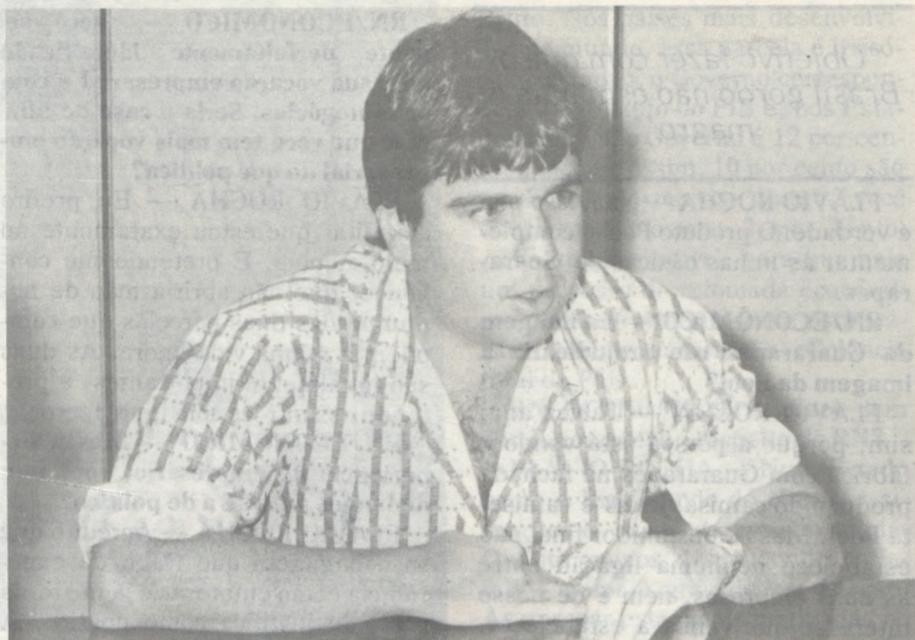
FLÁVIO ROCHA — A empresa é uma prestadora de serviços, e apresenta uma forma inovadora de distribuição de têxteis. Ela não fabrica nada; apenas tem 23 empresas licenciadas, às quais presta o serviço de distribuição, desenvolvimento de produtos e de marca. Esse é um sistema muito elástico, que não cria limitações industriais e nos possibilita lançar uma grande gama de produtos. Nós temos uma equipe promocional de vendas, são feitos os mostruários, distribuídos entre os nossos representantes e colocados à venda. Os pedidos vêm para a nossa central — que hoje é em São Paulo — e são despachados entre os vários licenciados, que fabricam diversos itens e faturam direto para o cliente, nos pagando 20 por cento relativos a **royalties**, comissão de vendas, publicidade e riscos de crédito, que nós assumimos.

RN/ECONÔMICO — Quais as vantagens desse sistema?

FLÁVIO ROCHA — Para uma empresa de médio ou pequeno porte, está impossível manter uma rede nacional de vendas. Isso implica em escritórios regionais, despesas de comunicação, telefones, viagens, telex, comissão de representantes ... Então, essa é uma maneira de ratear, entre os 23 licenciados, todo esse custo de distribuição. E não só isso: os custos de propaganda. Os 23 licenciados se beneficiam de uma só marca — a Pool — enquanto fabricam, individualmente, os mais diversos itens, desde **jeans** até lençol, passando por tênis, cinto, meia, agasalhos, jaquetas, pulôver ... Tudo o que tem cara de Pool, tudo o que diz respeito ao consumidor padrão Pool.

RN/ECONÔMICO — E que padrão é esse?

FLÁVIO ROCHA — É o que nós demos à publicidade Pool. Um consumidor jovem, na faixa etária de 15 a 27 anos, e que se identifica de alguma forma com a marca Pool.



“Eu precisava fazer uma obra minha”

RN/ECONÔMICO — A idéia da Pool foi concebida por você ou é adaptada?

FLÁVIO ROCHA — É minha. Há muito tempo, sou apaixonado por essa idéia da Pool, tanto que eu ficava um pouco perdido dentro da Guararapes. O desejo do meu pai era que eu fizesse carreira dentro da empresa, e houve toda uma pressão nesse sentido. Quando eu quis fazer o meu negócio, meu pai, que me deu toda a força em outros aspectos, neste — até inconscientemente — fez todo tipo de pressão para frustrar a idéia. Até seis meses atrás, ainda dava suas puxadinhas de tapete. Agora não, já se convenceu que eu não me teria realizado dentro da Guararapes, que eu precisava, até como auto-afirmação, fazer uma obra minha.

“Não abriria mão de nenhuma das duas parcelas que compõem minha vida”

RN/ECONÔMICO — A idéia é pioneira?

FLÁVIO ROCHA — É pioneira. O que se conhece em matéria de **licensing** são realmente marcas, grifes estrangeiras que montam escritórios aqui, cobram 6 ou 10 por cento pelo uso da marca, pegam o dinheiro, botam no bolso e vão embora. A Pool é um pacote global de prestação de serviços. Envolve serviços muito mais profundos que a pura e simples cessão da marca. Nosso trabalho vai desde pesquisa e prospec-

ção da moda lá fora, passando pela parte de croqui, desenvolvimento de produto, modelagem e até a liquidação do título efetivamente.

RN/ECONÔMICO — Como você vai freqüentemente aos Estados Unidos, há algum contato empresarial por lá?

FLÁVIO ROCHA — Nós estamos com negócios em andamento junto à Phillip Morris para lançamento do cigarro Pool. Esse é um contrato diferente de licenciamento. Desses 23 licenciados, 20 são com distribuição nossa e 3 são só cessão de uso da marca. E esse acordo com a Phillip Morris, para lançar o cigarro Pool, seria a arma frontal da empresa contra o Hollywood, da Souza Cruz. Seria um cigarro com as mesmas características, destinado ao mesmo **target**.

RN/ECONÔMICO — Os resultados da Pool são positivos?

FLÁVIO ROCHA — Positivos. Nós estamos com 500 por cento de evolução em relação ao ano passado em vendas.

RN/ECONÔMICO — O Rio Grande do Norte conhece a Pool?

FLÁVIO ROCHA — Por força das circunstâncias, como 90 por cento dos nossos licenciados estão em São Paulo, a matriz é lá. O Rio Grande do Norte ainda é um mercado relativamente pequeno para a Pool; deve corresponder a meio por cento de nossas vendas.

RN/ECONÔMICO — As alegações por aqui são de que Pool tem produto mais para a elite e que Natal não comporta esse padrão.

“Objetivo fazer com que o Brasil gordo não esmague o magro”

FLÁVIO ROCHA — Não, isso não é verdade. O produto Pool é complementar às linhas básicas da Guararapes.

RN/ECONÔMICO — **E a imagem da Guararapes não prejudicaria a imagem da Pool?**

FLÁVIO ROCHA — Talvez aqui sim, porque a pessoa está vendo a fábrica com Guararapes na fachada produzindo camisa, jeans e camiseta Pool. Mas o consumidor final não estabelece nenhuma ligação entre as duas empresas, nem é de nosso interesse que venha a estabelecer. A imagem da empresa Guararapes é uma coisa; da etiqueta é outra. São incompatíveis. É o mesmo que dizer que a Alpargatas fabrica Generation e US Top. A Guararapes é para um público, a Pool é para outro. Cada um tem uma cara, uma imagem, e não convém nem assinar um produto Guararapes.

RN/ECONÔMICO — **Você tem uma experiência em comunicação, uma estação de FM ...**

FLÁVIO ROCHA — A estação não é minha. É uma forma alternativa de mídia, já que os custos nesse setor, em São Paulo, são violentíssimos. Um comercial de televisão paulista corresponde a 40 por cento do custo nacional de comercial de TV. O projeto FM Pool foi uma maneira de contornar esses elevados custos de mídia. Um amigo meu ganhou a concessão, cedemos o nome, demos a campanha de lançamento e garantimos uma programação mínima mensal. E, paralelamente, em São Paulo, José Victor Oliva estava inaugurando uma super-danceteria, e eu fiz a mesma proposta. Ambos são projetos puramente publicitários, não envolveram nenhum investimento de capital.

RN/ECONÔMICO — **A Veja, em uma de suas edições, aproveitou para dar uma «malhada» em sua danceteria afirmando que havia muita gente e pouco lugar para acomodar. Por quê?**

FLÁVIO ROCHA — Foi até um fato pitoresco, o excesso de sucesso. Eu estava até com o Governador José Agripino e fui barrado, já que tinha dado meus convites aos amigos, achando que o porteiro iria me reconhecer. Foi o maior vexame.

RN/ECONÔMICO — **Você se sente perfeitamente identificado com sua vocação empresarial e com seus negócios. Seria o caso de afirmar que você tem mais vocação empresarial do que política?**

FLÁVIO ROCHA — Eu prefiro acreditar que estou exatamente no meio a meio. E pretendo me vencer que não abriria mão de nenhuma das duas parcelas que compõem a minha vida agora. As duas são igualmente importantes, e pretendo assumi-las com igual fervor.

RN/ECONÔMICO — **Mas a experiência de empresário, você tem de longos anos. E a de político?**

FLÁVIO ROCHA — Acredito que só a bagagem que trago da experiência como empresário já me torna útil, me justifica como político. A maior carência entre os políticos atuais é de uma noção empresarial,

do entendimento da mecânica do capitalismo. Nós temos uma tendência natural, quando a estatização chega a esse grau, de criarmos o que chamo de «Brasil gordo» — o Brasil que não conta tostão, que não se preocupa com concorrente nem com eficiência e que vai engolindo cada vez mais a parcela produtiva. Aquela que conta tostão, é obrigada a se preocupar com o custo. Ou seja, empresários e trabalhadores. A minha entrada na política tem por objetivo pelo menos fazer com que o Brasil gordo não esmague o Brasil magro, esse Brasil que acorda cedo, que trabalha.

RN/ECONÔMICO — **Em termos numéricos, como você colocaria isso?**

FLÁVIO ROCHA — O Brasil gordo, a parcela estatal, corresponde a 70 por cento do Produto Interno

A Nova República e o RN, segundo Flávio Rocha

Vice-presidente pró-forma do conselho de administração das empresas Guararapes apenas para cumprir uma formalidade legal, Flávio Rocha, 27 anos, tem uma formação muito mais prática que acadêmica. Tendo cursado o primário no Colégio Salesiano, em Natal, estudou também no Colégio Dante Alighieri com as elites paulistas e, depois, chegou a completar o terceiro ano na Fundação Getúlio Vargas. Desde os 16 anos, quando ingressou na Guararapes, transita pelo mundo empresarial.

A sua visão política mostra claramente a influência dessa vivência como empresário e do contato com a cultura de outros países. Aqui, uma rápida amostra do pensamento do hoje candidato Flávio Rocha.

NOVA REPÚBLICA E O RN — É preciso paciência, pois essa é uma etapa intermediária sem a qual não chegaremos à democracia plena. As primeiras soluções foram adotadas, mas por uma via em que não acredito. Continua aquela mesma história de dar o peixe, quando o correto é ensinar a pescar. Tudo é emergencial, sem que

se procure a raiz do problema. É necessário viabilizar o Estado, sua economia, sem ficar sempre esperando pela caridade do Governo Federal.

O NORDESTE COMO PRIORIDADE — Continuamos rodando o pires. É indispensável acreditar em nossas aptidões e fazer com que elas floresçam.

ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE — É o principal motivo que me leva a pleitear uma cadeira na Câmara dos Deputados.

SALÁRIO-MÍNIMO — Sua validade é duvidosa. O que rege o preço de tudo é a oferta e a procura, e eu vejo o salário-mínimo como algo parecido com o tabelamento do preço do leite. Não adianta você dizer que o leite deve custar Cr\$ 100, quando o seu custo de produção é Cr\$ 120.

INFLAÇÃO — O Governo da Nova República insiste com o mecanismo de controle dos preços para conter a inflação. Tudo isso é artificial, pois sabemos — é uma lei natural — que a única coisa que



“Quanto menos desenvolvido o Estado maior o grau de estatização”

força a queda dos preços é o aumento da oferta ou a diminuição da procura. Fora disso, a médio prazo, obteremos um efeito inverso. Quem dita o preço é o mercado.

DÍVIDA EXTERNA — Foi uma coisa criminoso. Não adianta procurar esse dinheiro, e nem temos culpa do que foi feito. Como obras faraônicas rimam com corrupção, tudo foi feito com esse objetivo, sem nenhuma pesquisa de mercado, sem nenhum estudo de viabilidade. Cito apenas como exemplo a construção de um estádio de futebol no Maranhão: até agora, o recorde de público não ultrapassou quatro mil torcedores, e o elefante branco comporta sessenta mil. Como se observa, estádio também não é assunto para Governo.

REFORMA TRIBUTÁRIA — O ponto-de-partida. O tempo dirá se a Nova República é viável, mas é bom lembrar que temos a maior carga tributária do mundo. No entanto, ainda acham pouco e emitem dinheiro escandalosamente. A emissão de ORTN's é um mecanismo que serve para enxugar o mercado, além de cobrir a folha de pagamento de pessoal, mas é mais uma forma indireta de tributação. Tudo é feito para penalizar o lucro, quando o lucro reinvestido — com a tributação se tornando quase simbólica — é uma coisa muito

mais benéfica. No momento em que esse lucro é retirado da empresa, ai sim, é chegada a hora de tributar para valer via Imposto de Renda.

SINDICALISMO — É o instrumento da livre negociação. Retire o salário-mínimo e coloque um bom regime sindical e chegaremos a um salário justo. Só não desejo um sindicalismo com alicerces, por exemplo, numa Central Única de Trabalhadores.

VOTO DE ANALFABETO — É válido. Claro, deve-se tomar os devidos cuidados, evitando a manipulação do eleitorado.

A MULHER E A NOVA REPÚBLICA — Defendo a total igualdade em todos os aspectos. Infelizmente, ainda existem resquícios da época em que o trabalho era eminentemente muscular.

EDUCAÇÃO — Aqui sim, admite-se a interferência do Estado. Afinal de contas, educação é um direito do cidadão e um dever do Estado. Entretanto, há muito o que corrigir, principalmente no sistema de ensino universitário, completamente falido.

SAÚDE — Neste aspecto, entra o legislador, caso eu consiga o mandato: isentar o segurado que mantenha um vínculo com a Previdência Privada. A livre concorrên-

Bruto. Nos países mais desenvolvidos do mundo, essa parcela é irrisória. No Japão, o Governo corresponde a 2 por cento do PIB e, nos Estados Unidos, o Governo é 12 por cento, e mesmo assim, 10 por cento são as Forças Armadas. Então, você chega aos mesmos 2 por cento. Acho imprescindível, para que haja um processo de retomada econômica, que se retroceda essa estatização. Que se aumente a eficiência total do País.

RN/ECONÔMICO — Você tem dados concretos a respeito do RN?

FLÁVIO ROCHA — Num Estado como o Rio Grande do Norte, a situação é mais dramática ainda. Quanto menos desenvolvido o Estado, maior o grau de estatização. As pessoas estão mais motivadas no sentido de conseguir um favor político, um cabide de emprego, uma

cia forçaria a medicina estatal a elevar os seus níveis de eficiência.

SOCIALISMO — Todos sabemos que o modelo capitalista converge para alguma forma de socialismo. Que seja o socialismo democrático. Fui surpreendido pelo que vi na China, onde já é permitida a contratação de mão-de-obra, configurando vínculo trabalhista. Agora, tomamos conhecimento que Pequim está coberta de out doors onde se lê: “Enriqueça”.

CURRAIS ELEITORAIS — Os pólos de influência devem ser respeitados. São focos de liderança a quem as pessoas devem procurar nos momentos de necessidade. Em termos políticos, pode não ser democrático, mas exercem seu papel. E também são um hábito arraigado que não pode ser combatido tão facilmente por ser multiplicador de opiniões.

ALUÍZIO ALVES, JOSÉ AGRIPINO, LIDERANÇAS POLÍTICAS DO RN — Acho que as partes cumprem seu papel. Desejo oferecer a minha colaboração a um desses lados.

CARLOS ALBERTO, QUE ESTÁ NO MEIO — Não vejo como uma pessoa que possa somar. Ele soma votos. Tem carisma, mas não tem propostas. Eu me considero anti-Carlos Alberto.



Confecções, a vocação natural onerada

colocação via Estado do que num trabalho produtivo efetivamente. Uma caricatura do Brasil neste aspecto é o Estado do Maranhão. A Ilha de São Luiz tem 70 mil funcionários públicos. Praticamente 60 por cento da população ativa. Resumindo essa situação: não se fala de coisas produtivas. Fala-se em favores de Estado que, na sua essência, não gera riquezas. Só transfere.

RN/ECONÔMICO — Traduzindo seu pensamento: na medida em que o Estado vai avançando na estatização, o empresariado procura o caminho político para resolver esse problema.

FLÁVIO ROCHA — Eu divido o empresário em dois tipos: o que vive de mercado e o que vive de lobby. São dois tipos de talentos separados. Um detectando uma oportunidade de mercado, de fazer o melhor produto pelo melhor preço; o outro, conseguindo favores de Governo. Esse é deplorável. É o empresário que suborna o Governo para fazer uma obra desnecessária, super-dimensionada, com um dinheiro que o povo não tem.

“O Governo na economia tende a super-tributar o sucesso para subsidiar o fracasso”

RN/ECONÔMICO — Você, então, defende a iniciativa privada.

FLÁVIO ROCHA — Nesse primeiro enfoque. A iniciativa privada que vive do mercado, sem o lobby. Porque, quando o Governo entra na

economia, a tendência irreversível é super-tributar o sucesso para subsidiar o fracasso. Um exemplo disso é super-tributar o café para fazer de conta que é viável exportar aviões Bandeirantes através de subsídios. Por que não deixarmos que o mercado eleja suas vocações naturais? O mercado é o único juiz que não erra. A Coreia, hoje, domina o mercado de confecções nos Estados Unidos. Jamais passaria, pela cabeça de um dirigente coreano, criar um tributo sobre a confecção para fazer de conta que é viável produzir computador coreano. Essa mania de querer fazer tudo é modelo latino-americano, um modelo fechado e centralizador. Não dá para ser bom em tudo. O modelo da Ásia Menor foi deixar que o próprio mercado muncial escolhesse — então, ficou a Coreia para confecções, o Japão para eletrônica. As importações não oneradas por impostos geraram moeda forte e possibilitaram importar o necessário. O Brasil fez exatamente o contrário: onerou suas vocações naturais com impostos pesados para subsidiar coisas que não têm nada a ver com essas mesmas vocações, isto é, com a tecnologia, a matéria-prima, aptidão do povo até.

RN/ECONÔMICO — Entre a corrente monetarista de Dornelles e o estruturalismo de Sayad, qual a sua escolha?

FLÁVIO ROCHA — Fico com Dornelles. Ele está bem mais próximo da nossa realidade e perfeitamente identificado com o pensamento da Nova República.

RN/ECONÔMICO — Você é pre-

tendente a uma cadeira de deputado federal pelo RN através de qual sigla?

“Empreguismo governamental não resolve o desemprego”

FLÁVIO ROCHA — Pelo Partido da Frente Liberal.

RN/ECONÔMICO — Fala-se muito das ligações de Nevaldo Rocha, presidente da Guararapes, com Aluizio Alves, dizendo-se até que Nevaldo Rocha chegou a investir em um jornal de Aluizio em certa época. Por que, então, você escolheu o PFL, e não o PMDB?

FLÁVIO ROCHA — Nós temos, realmente, ótimas relações com ambos os lados. E não acredito que essa minha decisão tivesse tanta importância no resultado final do trabalho que eu pretendo exercer. Mesmo porque não se pratica política ideológica no Brasil, infelizmente. Entre os dois partidos, ideologicamente, não há diferença; eu prefiro exercer minhas idéias igualmente em qualquer um dos dois. Mas eu tenho ligações com José Agripino, identidade de idéias. É uma liderança mais nova, um partido jovem, com maior possibilidade de absorver mudanças.

RN/ECONÔMICO — Suas colocações econômicas são sérias, e todos entendemos o que você está dizendo. Porém, você vai ter que procurar voto. O eleitor vai entender esse seu discurso?

FLÁVIO ROCHA — Eu confesso que não me sentiria à vontade para redigir um discurso para o candidato e outro para o deputado eleito. Pretendo ser coerente, doa a quem doer, e não pretendo fazer um discurso falso. Acredito no confronto de idéias, na política praticada na televisão. E acho que temos todo o tempo do mundo para apurar essas idéias.

RN/ECONÔMICO — O grosso do eleitorado do RN não lê jornal, poucos têm televisão e, embora este veículo esteja com uma penetração real, o acesso às mídias ainda é restrito. Como você pretende atingir esse povo?

FLÁVIO ROCHA — O palanque é uma mídia.

RN/ECONÔMICO — Com esse discurso, você acha que o povo realmente vai entender onde você quer chegar?

FLÁVIO ROCHA — Acho que sim. É muito fácil mostrar o quanto caro custa um favor via Governo.

RN/ECONÔMICO — E você não perderia com isso, já que o RN tem um grande contingente de funcionários públicos?

FLÁVIO ROCHA — Não, porque um favor via Governo custa dez vezes mais de cobrança via impostos. Se esse dinheiro ficar circulando livre na economia, vai gerar muito mais empregos que os gerados pelo Governo. Acredito que há até uma unanimidade em torno de que o empreguismo governamental não resolve o desemprego. A solução para o desemprego é uma economia rica.

RN/ECONÔMICO — Se o empresário do Estado é pobre, como vai ser possível gerar emprego?

FLÁVIO ROCHA — Quando se fala em iniciativa privada, se tem sempre em mente as grandes empresas. Contudo, a atividade mais empregadora que existe é a micro-empresa.

RN/ECONÔMICO — O Governador José Agripino, no início da campanha, tinha um programa — o de transformar pequenas empresas

em empresas de fundo de quintal — que não obteve sucesso.

FLÁVIO ROCHA — Talvez tenha faltado persistência.

“A política do abraço quase sem mensagem está ultrapassada”

RN/ECONÔMICO — E como vai ser sua campanha?

FLÁVIO ROCHA — Minha campanha vai ser baseada nos meios de comunicação, no **marketing** e na comunicação das minhas idéias. Acho que já está um pouco ultrapassado o tempo daquele outro tipo de política praticada quase sem mensagem, mas com muito abraço. Acho que a crescente importância dos meios de comunicação já nos coloca, em 1986, num estágio diferente de '82.

RN/ECONÔMICO — Vamos para um exemplo prático, um teste para você. Ao fazer um comício em Mossoró, como explicar o fechamento da Guararapes?

FLÁVIO ROCHA — O ocorrido em Mossoró não foi um fato isolado. Envolveu o Estado inteiro. Fechou a Contê, a Soriedem diminuiu, a pró-

pria Guararapes Natal diminuiu na época. Tudo isso fez parte do contexto. A vocação natural foi onerada.

RN/ECONÔMICO — Espalham por aí que você é o candidato de um milhão de dólares. Isso o incomoda?

FLÁVIO ROCHA — Bastante. Não é exatamente assim. Claro que nós estamos conscientes dos custos que envolvem uma campanha, principalmente nos moldes de idéias que precisam ser divulgadas. Por outro lado, as pessoas são até obrigadas a acreditar que eu chego à política sem visar favores. Sou um candidato ideológico.

RN/ECONÔMICO — Como você analisa as perspectivas do RN em termos políticos e econômicos?

FLÁVIO ROCHA — O Estado tem potencialidades fenomenais, que serão descobertas e eleitas sempre via mercado. Aponto um exemplo: é um erro quando, num gabinete fechado, as pessoas resolvem investir no turismo, indo de encontro a outras atividades que já estavam consolidadas. O setor de confecções, sem grandes dificuldades, poderia oferecer 100 mil em-

1º Lugar, a melhor recompensa.

J. Resende

Móveis e Eletrodomésticos.

MAIS BARATO IMPOSSÍVEL



IMPORTADORA
COMERCIAL
DE MADEIRAS LTDA

Rua Dr. Barata, 187
ABX (054) 223-1977

Rua Dr. Barata, 187 — Ribeira — Tel.: 222-4363

Av. Rio Branco, 608 — Cidade Alta — Tel.: 222-2908

Av. Cel Estevam, 2008 — Dix-Sept Rosado — Tel.: 223-2726

“Minha mensagem é de uma luta feroz contra a corrupção”

pregos diretos.

RN/ECONÔMICO — Quando você instala a Pool em São Paulo, não está negando tudo isso?

FLÁVIO ROCHA — Não. A Pool é uma prestadora de serviços. Vende idéias, distribuição, coisas bem próprias dos grandes centros. Quando cito o RN, lembro sempre a mão-de-obra, abundante e barata, altamente qualificada para o setor de confecções. É daí que devemos tirar partido. A nossa fábrica de confecções em São Paulo, por exemplo, chegava a ter 8 a 10 por cento de índice de defeito. Aqui em Natal, isso não ultrapassa 0,5 por cento, o que demonstra a superioridade da mão-de-obra nordestina.

RN/ECONÔMICO — Você está chegando na política agora. Como conviver no meio de tantas raposas, caciques, chefes políticos com velhos e incontáveis vícios?

FLÁVIO ROCHA — Sonho com um sistema que leve em consideração outros atributos, com muito talento, idéias, propostas, soluções, programas. Acredito que uma mudança está sendo operada. Em todo o caso, dançaremos conforme a música, embora acredite que os meios de comunicação podem reverter essa situação.

RN/ECONÔMICO — Como o empresário Nevaldo Rocha vê essa sua determinação em ingressar na política?



Estádio não é assunto para Governo

FLÁVIO ROCHA — No começo, como qualquer pai, com algum descaço e uma certa ironia. A partir do instante em que observou que a coisa não era simples brincadeira, passou a me apoiar.

RN/ECONÔMICO — Você já montou as suas bases eleitorais no RN?

FLÁVIO ROCHA — Ainda não. Por enquanto, fiz apenas contatos com amigos nas cidades maiores.

RN/ECONÔMICO — Pelos seus cálculos, com quantos votos se faz um deputado federal?

FLÁVIO ROCHA — Cinquenta mil.

RN/ECONÔMICO — Dá para chegar lá?

FLÁVIO ROCHA — Tranqüilamente. Só a bandeira da indústria de confecções já representa muita coisa.

RN/ECONÔMICO — Dizem que empregado não elege patrão ...

FLÁVIO ROCHA — Vamos ver. Acho que o empregado da Guararapes vota no patrão.

RN/ECONÔMICO — Qual a sua mensagem, neste primeiro contato com o provável eleitor?

FLÁVIO ROCHA — A de uma luta feroz contra toda e qualquer forma de corrupção, que é um grande fator de empobrecimento de todas as camadas da sociedade. Pretendo contribuir com minha experiência empresarial, na tentativa de reverter todo esse processo estatizante, que tantos males tem causado à nossa economia. □

ENTREVISTADORES: Aluisio Lacerda, Fernando Fernandes, Josimey Costa e Marcelo Fernandes.
REDAÇÃO FINAL: Josimey Costa e Aluisio Lacerda

**ECONOMIZE
COMPRANDO
NO ARMAZÉM
PARÁ**



Hoje, você quando pensa em construir, reformar, ampliar, a primeira idéia que ocorre é como gastar pouco e ter um material de qualidade. Então a solução aparece com o nome do **ARMAZÉM PARA**. Procure nos seguintes endereços: Loja 1, Av. Antônio Basílio, 180; Loja 2, Rua Almino Afonso, 40 e Loja 3, Av. Prudente de Moraes, 2007 ou pelo PABX 223-4977. Em cada uma delas, você vai encontrar uma empresa preocupada com o seu problema, pronta e em condições de lhe atender, dando orientação quanto a aquisição e aplicação do produto ideal para o seu caso, em particular. **ARMAZÉM PARA** mantém à disposição de seus clientes, uma equipe especializada, em condições de orientar e fornecer produtos de qualidade a preços sem igual na praça. Nosso slogan confirma a tradição — **ARMAZÉM PARA — O MUNDO BARATO DA CONSTRUÇÃO.**

ARMAZÉM PARA

**IMPORTADORA
COMERCIAL
DE MADEIRAS LTDA**

Rua Antônio Basílio, 180
PABX (084) 223-4977

Jovens dirigem empresas acreditando no trabalho

Enquanto alguns jovens com pouco mais de vinte anos insistem em continuar vendo o mundo de cima de uma prancha de surf ou mesmo em ignorar esse mundo ao som ensurdecedor do rock, uma boa parte dos jovens potiguares está enfrentando o batente diário, assumindo responsabilidades. E uma outra fatia dessa mesma população está à frente do setor de produção. São jovens empresários que, via de regra, são filhos de empresários já tradicionais que se preparam para tomar de conta dos negócios num futuro próximo ou participam dos negócios da empresa (a qual estão ligados por vínculos familiares) como tão pessoas competentes como quaisquer outros profissionais. Eles têm entre 20 e 30 anos, percebem salários considerados acima da média e se consideram peças importantes no processo econômico local, regional e nacional.

Em todos os setores, principalmente no comércio e na indústria, eles estão presentes e, embora façam parte de uma elite privilegiada, acham importante o trabalho e condenam a ociosidade e, muitas vezes, a «incompetência» de outros, que preferem aguardar por um emprego público, conseguido graças a favores políticos dos familiares e ami-

gos. Acreditam que a Nova República traz esperanças, mas avisam: Não se deve esperar somente pela «mãe» (se referindo ao Governo), porque há muito o que fazer sem precisar da interveniência do poder público.

BONS PARTIDOS — Embora tenham preferido o escritório, a máquina de calcular, os balanços e toda a parafernália que faz uma empresa, esses jovens empresários continuam assumindo sua juventude nas «horas de folga», aproveitando tudo a que têm direito. Namorando (os que ainda não são casados), indo a festas, praias, bares. Entre eles, uma unanimidade: todos são considerados bons partidos, embora esse assunto seja motivo de riso e de acesso de timidez geral.

Formado em Engenharia Civil desde 1981, mas exercendo a Diretoria Administrativa da Guararapes, Maxwell Teixeira de Oliveira, 26 anos, é um exemplo dessa timidez. Ele se empolga quando o assunto é trabalho, e se diz apaixonado pela área técnica, pelas ciências exatas, afirmando haver certa correlação entre o trabalho que faz e o curso que concluiu. Embora o Presidente da Guararapes, Nevaldo Rocha, seja seu tio, e o vice-presidente, Nilson

Rocha, seu pai, Maxwell afirma que se alguém exerce um cargo de confiança na empresa, tem que ser competente.

“O critério para se trabalhar numa empresa séria é ter competência”, enfatiza, e, como todo empresário da iniciativa privada, diz ter a missão de promover o bem-estar da sociedade, a partir do momento em que a empresa gera empregos, impostos, etc. Além desses fatores, ele considera gratificante conseguir ultrapassar a crise econômica que tem assolado o País, tomando medidas acertadas e, “no final do ano, ver o balanço mostrar os resultados das atitudes que você tomou”. E acrescenta: “A terra em que a gente vive é inteiramente responsabilidade da gente construir. Não espero nada do Governo. O País é feito pelo trabalho das pessoas. Mas é o Governo em conjunto com as pessoas que formam o País”.

MUDANÇAS — Com 27 anos, mas trabalhando na firma do pai desde os 13 anos — “fazendo de tudo, desde o trabalho de contínuo, até motorista e auxiliar de escritório” — Ronaldo Resende, Diretor Comercial da J. Resende (loja de eletrodomésticos), afirmou que começou a trabalhar cedo mais para aumentar a mesada que o pai lhe dava mensalmente, e se interessou pelos negócios ao ponto de não sair mais da firma e estudar Economia para dar continuidade à empresa do pai, José Resende.

Ronaldo Resende considera importante o momento em que vivemos, depois de 20 anos de repressão, que influi até no progresso da firma: “Agora, podemos ser até



Maxwell: o critério é competência



Ronaldo: geração de mudanças



Mário Roberto: ensinar a pescar

mais agressivos nas publicidades”, comenta ele, enfatizando que embora a Nova República ainda esteja iniciando, já melhorou alguma coisa. A crise, ele reconhece que continua, mas ela é “enfrentada de frente”.

Comentando sobre sua geração (a conhecida «geração do AI-5»), Ronaldo diz que esta é a geração de mudanças. Embora reconheça que há muita gente “que não quer nada”, coloca que os jovens estão trabalhando, procurando o seu espaço e conseguindo. “Tem muita gente ocupando cargos importantes e assumindo a vida”.

DESEMPREGO — Passando dos trinta anos (tem 35 anos), Mário Roberto Barreto começou a trabalhar nas empresas do pai com 21 anos e também fez de tudo, até chegar a Diretor Administrativo da Apem, Souto-Engenharia, Solis Turismo e da Reflorestadora Reis Magos. Ele faz severas críticas aos jovens de hoje: “Vivemos uma geração que

não pensa em criar nada, quer tudo pronto, um emprego que o pai arranja e está tudo resolvido”. O grande problema, diz ele, é o desemprego. Ninguém quer gerar negócios “e o Governo não vai ter possibilidade de abarcar isso tudo”. Mário Roberto acha que é preciso mudar a mentalidade das pessoas e passar a “usar do Governo somente o que ele pode dar”.

Além de Diretor-Administrativo, Mário Roberto é sócio das quatro empresas que dirige, juntamente com mais três irmãos. Ele afirma que a maior herança deixada por seu pai foi a vontade de trabalhar, única maneira aceitável de se ganhar dinheiro. “Ensinar a pescar é melhor do que dar o peixe”, filosofa. Ele diz que ganha muito bem e acha que isso é uma compensação pelo trabalho e pela responsabilidade que tem. Gosta de viajar, de aproveitar a vida e do que o dinheiro pode proporcionar. E se há desvantagens em assumir tantas responsabilidades, isso ele tira de letra. □

TRANSPORTES

Experiência com ônibus a gás apresenta problemas

Natal ainda não tem um sistema de transportes condizente com sua população de 500 mil habitantes, dos quais 330 mil utilizam os transportes coletivos. Uma das alternativas para melhorar o sistema público de transportes de passageiros — o ônibus a gás — foi bastante festejada quando do início da experiência,



Ônibus a gás sumiram

em junho passado. E, apesar do aumento da frota, os problemas que surgiram culminaram na retirada dos ônibus de circulação por causa da impureza do gás natural usado como combustível.

Em São Paulo, a experiência nesse sentido está sendo feita com biogás e, no Rio de Janeiro, com dieselgás. Diante de algumas vantagens que o ônibus a gás apresenta — como melhor performance em relação ao óleo diesel, aumentando em 200 metros o percurso com a mesma quantidade de combustível — o gerente de Fiscalização da Superintendência de Transportes Coletivos (STU), Fernando Melo, ainda acredita na viabilidade da experiência, e promete solução para o problema de impureza do gás.

TRANSFORMAÇÃO DA FROTA

— “Dependendo do preço do metro cúbico de gás natural, existe previsão de transformar toda a frota de ônibus em Natal em ônibus a gás no decorrer de três anos”, afirma Fernando Melo. Os indicativos nessa direção são o fato de que, hoje, Natal já tem quatro ônibus a gás — dois fabricados pela Santa Matilde e dois pela Mercedes-Benz. Os dois primeiros foram os protótipos da experiência inicial, e os outros dois pertencem à Empresa Cidade do Sol e à Empresa Guanabara.

Enquanto os ônibus encontram-se parados devido à impureza do gás, a Petrobrás e a Mercedes-Benz, juntamente com a Empresa Brasileira de Transportes Urbanos e a STU colocam filtros no caminhão de abastecimento, numa tentativa de solucionar o problema a partir dos equipamentos fabricados pela Rodogás, empresa paulista especializada em veículos a gás. E mesmo antes do resultado da medida, Fernando Melo informa que, no final de abril, chegará a Natal o terceiro ônibus a gás fabricado pela Mercedes-Benz para a Transflôr.

O gerente de Fiscalização da STU, lembrando que o objetivo da experiência com ônibus a gás é principalmente baratear o custo da passagem em coletivos — já que o Rio Grande do Norte possui grande reserva de gás natural — diz que ainda não há estudos no sentido de usar gás também nas frotas de táxis, mas não descarta a possibilidade de que isso ocorra dependendo do resultado da experiência com os ônibus. □

Nova agência da Capemi em Natal melhora assistência

Inaugurada no início de abril, a Agência Regional da Capemi em Natal, com jurisdição sobre todo o Rio Grande do Norte e Paraíba, funciona em novas instalações na Avenida Deodoro, 459, Cidade Alta. Sob a coordenação dessa nova Agência, estão a filial de João Pessoa e o escritório da Capemi em Campina Grande. "A criação desta Agência de âmbito regional deveu-se à grande expansão da Capemi nos dois Estados", a colocação é do gerente geral da nova Agência, Coronel José Renato Leite. Antes, a Capemi local funcionava num escritório localizado na Avenida Rio Branco, contando com 10 funcionários. Hoje conta com 42 funcionários.

As mudanças foram feitas com o propósito de melhor servir os futuros sócios das Capemi, bem como prestar melhor assistência aos antigos. Como, por exemplo, a concessão de assistência financeira (empréstimos) mais rápida e a juros mais baixos do que qualquer outra entidade financeira. Além disso, a Agência local está ampliando o número de participantes de sua Rede de Descontos: convênios com o comércio (farmácias, lojas, etc.) e com profissionais liberais (médicos, dentistas, advogados, etc.) para descontos especiais aos participantes.

A Capemi oferece dois tipos de Benefícios ou Planos: a Pensão (ou Renda) que complementa a aposentadoria do INPS, mantendo o profissional, ao se aposentar, com o mesmo nível salarial que tinha quando na ativa; e Pecúlio, por morte natural ou acidente — atendendo os beneficiários de livre escolha do sócio.

Todos os Planos de Pecúlio Capemi são corrigidos anualmente pela variação das ORTNs. Você também escolhe quanto e quando quer receber sua aposentadoria. Entre outros benefícios, os Planos de Renda da Capemi possuem expressiva cobertura por óbito e são também corrigidos anual-



Nova Agência da Capemi



Mudar para melhor servir

mente pela variação das ORTNs.

BENEFÍCIOS — Além disso, a Capemi oferece ainda dispensa de exame médico para ingresso, cobertura imediata contra acidentes, averba em folha mensalidades de terceiros, oferece livre e sigilosa indicação de beneficiários, mudança de beneficiários a qualquer tempo. Importante também que os benefícios não serão objeto de penhora, seqüestro, arresto, venda ou cessão. As faixas de idade para ingresso vão de 14 a 60 anos, com certificado de participante após a aceitação da proposta, além do que as contribuições poderão ser pagas através de descontos em folha de pagamento ou por carnê.

Quanto ao Imposto de Renda, o abatimento oferecido é de 100 por cento. Para as pessoas físicas, o valor correspondente às contribuições destinadas a

garantir o seu futuro e de seus dependentes pela Capemi, pode ser abatido na declaração do IR. Para as pessoas jurídicas, as empresas que descontam em folha de seus empregados e pagam para eles as contribuições destinadas à Capemi, podem considerar os gastos como despesas operacionais, conforme a Portaria 41 MF, de 11/02/74.

25 ANOS DA CAPEMI — 1985 é o ano do Jubileu de Prata da Capemi Pecúlio. Nesses 25 anos, bem-estar e assistência às crianças e idosos têm sido preocupações permanentes da Capemi. Mais de 230 mil crianças e idosos, por exemplo, já foram assistidos pelo Lar Fabiano de Cristo e Cavadi. Some-se a isso, o fato de a entidade ser a maior Organização de Previdência Privada do Brasil. Enfim, todas as utilidades da Capemi — Pecúlios, Pensões, e Empréstimos a juros baixos, etc. — estão à sua disposição.

A disputa pelo legado de Tancredo Neves no Estado

Passadas as primeiras semanas do falecimento do Presidente Tancredo de Almeida Neves, a palavra mais usada em todos os veículos de comunicação do País compõem, ao mesmo tempo, uma indagação: quem realmente herdará o seu legado político? Todos reivindicam esse legado, e o Rio Grande do Norte não é diferente. A fragilidade da Aliança Democrática também se reflete aqui e com implicações provincianas bem mais nítidas. Atentos para as próximas eleições de 1986 — que deverão eleger o Prefeito da Capital, dois senadores, o governador do Estado e os integrantes da Assembleia Nacional Constituinte — os políticos norte-riograndenses se rearticulam e partem para novas composições, que nem sempre dizem respeito ao pacto político-social que se costura nos quatro cantos do País.

É inegável o fortalecimento político do Presidente José Sarney que, desde os primeiros instantes após a morte do Dr. Tancredo, tratou de se impor como o único mandatário da Nação, conseguindo herdar do Presidente morto grande parte das simpatias populares que foram demonstradas pelos brasileiros durante o calvário do catalizador da Nova República. No entanto, apesar de hoje filiado ao PMDB, o coração de José Sarney não pende para este partido, e ele mantém inúmeros compromissos com o Partido da Frente Liberal, aliás, o único responsável pela sua investidura no cargo. Sarney não se empossou como vice-Presidente do PFL porque a Constituição brasileira não permite que o Presidente e o Vice sejam de partidos diferentes.

QUADRO ALTERADO — Tratando-se do Rio Grande do Norte, é difícil fazer qualquer projeção que permita avaliar as novas composições políticas. No entanto, a notória amizade pessoal que liga o Ministro Aluizio Alves ao Presidente José Sarney há mais de 35 anos é um fato

relevante que marcará todo o desenrolar do processo sucessório em Natal e no Rio Grande do Norte. Certamente, esta antiga amizade influenciará muito a política do Estado, tendo em vista que, apesar de peemedebista, Aluizio Alves não tem qualquer ligação mais fraterna com



Aluizio Alves: ligações com Sarney



Faustino teme enfraquecimento

o Presidente de seu Partido, Deputado Ulisses Guimarães. Caso Aluizio Alves não sirva de interlocutor entre as facções do PFL ligadas a Sarney e o PMDB, provavelmente se posicionará junto ao amigo que preside o País, esquecendo-se de sua filiação partidária.

Se as coisas se encaminharem dessa forma, o quadro político do Rio Grande do Norte será alterado. O PMDB do Estado será, na realidade, o grande aglutinador das forças políticas. As composições que agora se insinuam entre o PDS e o PFL, visando a viabilização das candidaturas de Lavoisier Maia, João Faustino e do próprio Governador José Agripino ao Senado Federal, não

vingarão, já que algumas facções do PFL devem preferir manter as alianças com o PMDB e não mais com o PDS, a exemplo do que acontece na política nacional, tendo em vista, também, a extinção do voto vinculado.

MANDATO PROVISÓRIO — Esta hipótese deve ser posta em prática logo nas eleições municipais que têm probabilidade de ocorrer neste ano. Os entendimentos que estão sendo mantidos entre o PMDB — diga-se Aluizio Alves — e o Deputado Estadual Rui Barbosa, levam a crer que Barbosa sairá na chapa de

Prefeito de Natal, acompanhando o Deputado Garibaldi Filho, que disputará o Executivo. Rui Barbosa, saindo como candidato a vice-Prefeito, fortalecerá Garibaldi Filho, que será homologado na Convenção Municipal do PMDB e é único trunfo que o Partido não pode dispensar para ganhar as eleições na Capital.

O Partido da Frente Liberal somente conta com o nome do Deputado Federal João Faustino, experimentado nas urnas e disposto a manter uma composição com o PDS, visando um cargo majoritário nas eleições de 1986. Faustino, segundo fontes políticas que o seguem, já te-

ria sido convocado pelo Governador José Agripino para assumir a Prefeitura de Natal em mandato provisorio, substituindo o Prefeito Marcos César Formiga, que anda em constantes choques com o Palácio Potengi.

A função de Faustino seria a de coordenar as eleições municipais, trabalhando no nome da Secretária do Trabalho, Vilma Maia, forte concorrente ao cargo. Mas o parlamentar teme uma derrota do esquema PDS/PFL e um enfraquecimento de seu nome para concorrer as eleições para governador em 1986. Esta premissa obriga que ele indique o seu

Um funeral encoberto pela ilusão ótica nacional

Há uma situação que, entre os estudiosos da história, é chamada de ilusão ótica. O termo, embora remeta o raciocínio a devaneios científicos, na verdade refere-se a enganos freqüentes na avaliação de acontecimentos históricos de grande porte.

Os exemplos mais significativos da ilusão ótica histórica são, exatamente, os ocorridos em períodos nos quais povos inteiros tributam a uma única figura, ponto convergente e simultaneamente catalizador de mudanças, os méritos e deméritos por determinadas dinâmicas político-sociais.

O primeiro exemplo: Napoleão Bonaparte. O segundo: D. Pedro I.

Esses dois personagens históricos foram, em suas respectivas épocas, responsabilizados pelas mudanças ocorridas, como se, na verdade, estas não pudessem acontecer caso eles não tivessem existido. Na realidade, as coisas não são bem assim. Napoleão e D. Pedro foram, no máximo, «testas de ferro». Símbolos escolhidos pelas forças sociais em conflito para representar, qual imagens, ícones religiosos, a verdadeira extensão de tudo o que se passava por trás do seu discurso.

Isso se dá por que interessa às forças sociais realmente donas da situação, e em virtude da própria tendência das massas em atribuir a símbolos significados por demais

importantes.

O Brasil pode ser considerado um País sério, se visto por este ângulo. Afinal, não é a exceção que confirma a regra. Os recentes episódios que giraram em torno da morte do Presidente Tancredo Neves são, por si sós, o suficientemente eloqüentes como prova dessa afirmação.

A experiência de Tancredo Neves, seu cantado em prosa e verso poder conciliador, sua inegável competência enquanto articulador político e seu invejável currículo acabaram por transformá-lo em vértice simbólico — porque não exatamente real — de todas as esperanças da Nova República. Não se questiona aqui o merecimento do Presidente morto. Não haveria, como não houve, pessoa mais indicada para concentrar a imagem dos esforços de mudança empreendidos em todo o País.

O que há, infelizmente, é uma repetição do erro histórico, da ilusão ótica. Na hora em que se esboça a mobilização de uma população inteira, da população que ocupa um continente chamado Brasil, em torno de um só ideal e de um único objetivo, está se cometendo uma injustiça. Os fatos que culminaram no que hoje se denomina Nova República não morrem com Tancredo Neves precisamente porque Tancredo Neves não foi o solitário arquiteto disso tudo.

Tancredo Neves não foi o catalizador das mudanças; foi um reagente como cada um dos brasileiros, guardadas as devidas proporções de importância. Só que, na hora das medições, estão omitindo o peso de milhares de vozes cantando mensagens como as contidas em «Menestrel das Alagoas» ou «Coração de Estudante».

A responsabilidade por tal ilusão ótica cabe, em muito, aos veículos de comunicação, modernos criadores de personagens que povoam os comentários cotidianos dos leitores.

É por isso que cabe também aos veículos de comunicação a tarefa de desfazer tal erro. Uma incumbência que apresenta certas dificuldades concretas, sob pena de serem cometidas novas e também pesadas injustiças.

Faz-se necessário cultivar a memória de Tancredo Neves, hoje mito nacional. É imprescindível dar-lhe o lugar que conquistou por direito, arrebanhando para si os poderes e os muitos prováveis dissaibores de conduzir uma nação em processo de mudança. Não convém, todavia, alargar-lhe a imagem de modo a encobrir a força dessa mesma nação.

Os brasileiros, unidos, são essa força. As mudanças são, também, de nossa responsabilidade. Responsabilidade de cada um, mérito de todos. Concentrados, evidentemente, em representantes que na maioria das vezes permanecem ocultos, mas manipulando os cordões da situação.

A César o que é de César.

JOSIMEY COSTA

cunhado, Secretário de Transportes e Obras Públicas, Elias Fernandes Neto, à Prefeitura, nesse mandato provisório. Elias serviria aos planos de João Faustino, e instalado na Prefeitura poderia fortalecer o cunhado às eleições majoritárias.

CHANCES MÍNIMAS — Entretanto, a candidatura do Deputado João Faustino ao Governo do Estado ainda não está consolidada. Quem cerca o ex-Governador Lavoisier Maia afirma que ele não abrirá mão de tentar a reeleição ao cargo, e que inclusive mantém-se permanentemente em campanha. Sua passagem pelo Ministério de Saúde, como assessor especial do ex-Ministro Valdir Arcoverde, permitiu-lhe o cultivo das bases pedessistas e, mais recentemente, como Presidente da Fundação Dinarte Mariz, somente trata de articular seu regresso no Palácio Potengi.

Apesar das duas vagas que serão abertas para o Senado no próximo ano, dificilmente o PFL junto com o PDS elegerão dois candidatos. Nesta linha de raciocínio, a composição desses dois partidos deve dar em apenas um candidato, no caso o Go-



Vilma Maia: no páreo

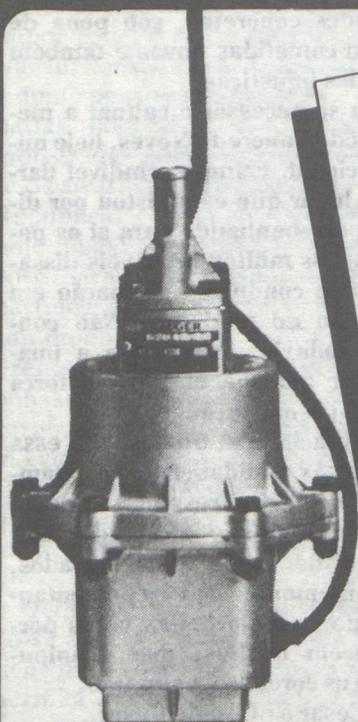
vernador José Agripino, que há muito almeja o cargo. Sendo assim, Faustino e Lavoisier disputarão uma indicação para o Governo Estadual, onde Lavoisier leva vantagens devido ao fato de pertencer ao mesmo

esquema familiar que o une PDS e PFL (Maia e Mariz). Como ficará João Faustino, inegavelmente bom de urna? Ou parte para uma aliança com o PMDB, o que garantiria a vitória do Partido no Estado — pois engrossaria a fileira dos descontentes onde já estão se perfilando o grupo Rosado e Carlos Alberto — ou se contenta em manter sua cadeira na Câmara Federal

Contudo, a situação do PMDB no Estado também é complicada. Mesmo que Aluizio Alves transforme-se no **manda-chuva** da Nova República e que os Rosado e Carlos Alberto venham fortalecer a estrutura do Partido no Estado, as chances que ele terá são mínimas. O Governador José Agripino está demonstrando competência política em sua administração e se armando muito bem para fazer prevalecer um candidato seu nas eleições de 15 de novembro de 1986. O PMDB só chegará ao Palácio Potengi se conseguir desarticular o grupo Maia e, para isso, se faz necessário que ele administre bem as divergências internas do PFL e PDS. □

GRAÇA PINTO

CYRO CAVALCANTI



CYRO CAVALCANTI Auto-Peças
Retífica e reparos de motores
Peças para Autos e Tratores

- Bombas residenciais
- Bombas para edifícios
- Bombas submersas para poços
- Bombas vibratórias para poços rasos
- Reparos e assistência permanente
- Tubos e conexões Tigre
- Tubos e conexões galvanizados



Av. Duque de Caxias, 170 — Fones: 222-7072 — 222-2234 — Ribeira — Natal-RN

UMA QUESTÃO DE BOM SENSO



O slogan "pensou em construir, pensou na Saci", já está tão difundido e acreditado no Rio Grande do Norte que são raras as pessoas que constroem ou reformam suas casas e não compram o material na Saci — Material de Construção Ltda., ou mesmo vão até a loja pedir informações sobre produtos e detalhes técnicos. É, primeiramente, uma questão de bom senso. A empresa já é uma tradição de mais de vinte anos, vendendo bons produtos ao norte-riograndense, comercializando as grandes marcas. Depois, são os bons preços e os convidativos planos de pagamento. Engenheiros, arquitetos, investidores do setor e até mesmo donas-de-casa "na hora de construir, pensam na Saci". E, se você vai construir, pense também na Saci.



Pte. Bandeira, 828 Tels.: 223-3626 / 3627 / 3628
Av. Rio Branco, 304 — Ribeira — Natal-RN



Tarcísio Maia não vê herdeiros

POLÍTICA II

Dinartismo, uma força que muitos consideram viva

Trezentos dias após a sua morte e a um ano e seis meses das eleições de 1986, é a vez de perguntar: O **dinartismo** morreu? Que peso político terá a corrente ainda fiel ao velho líder seridoense nos pleitos que virão? As respostas a essas e outras indagações foram transmitidas a **RN/ECONÔMICO** por políticos militantes, velhos liderados de Dinarte e outros amigos de muitas lutas. Uns acreditam que o Dinartismo está bem vivo, e recomendam o acompanhamento do futuro processo sucessório estadual; outros, mais realistas, preferem aguardar os fatos.

O jornalista Luiz Maria Alves, seu segundo suplente, acha que o Dinartismo está restrito ao território seridoense em função do trabalho ali desenvolvido pelo Deputado Vivaldo Costa. Vivaldo não concorda: "O dinartismo não tem fronteiras dentro do Estado. O velho senador

preparou toda uma geração de políticos e homens públicos". Do mesmo pensamento comunga o Prefeito de Alexandria, Waldemar Veras: "Em todas as cidades do Estado, é fácil localizar dinartistas ferrenhos", justificou. Na sua opinião, o dinartismo continua vivo, uma liderança que, pelos seus cálculos, deve alcançar mais dois períodos. Construindo esse raciocínio, Waldemar sustenta que Wanderley Mariz não terá grandes dificuldades na renovação de seu mandato de deputado federal.

Agostinho Santiago Medeiros de Brito, ex-deputado estadual e ex-Prefeito de São João do Sabugi, teme pelo futuro político de Wanderley. E explica: "Dinarte deixou um imenso espólio político, mas não deixou um **herdeiro** político. Isso não impede que um elemento fora da família segure essa bandeira. O

cajado foi entregue ao Governador José Agripino, provocando ciúmes". Quanto a Wanderley, Agostinho Brito não acredita na sua reeleição: "Ele decepcionou as bases", disse.

Ao ser abordado pela reportagem de **RN/ECONÔMICO** o ex-Governador Tarcísio Maia, com muito cuidado, ditou o seguinte: "Dinarte foi a maior figura política do Estado em todos os tempos. É evidente que isto criou uma marca profunda e duradoura na opinião pública potiguar. Você pergunta se o dinartismo morreu. Respondo: como cultivo à memória e à lembrança quase permanente do que ele representou na política do Rio Grande do Norte, a resposta é sim. Ao contrário, se há uma única pessoa herdeira do comportamento político, das idéias, da ação e do prestígio de Dinarte, a resposta é não".

Para o jornalista Eugênio Neto,

ex-vereador e ex-deputado estadual, que acompanhou Dinarte desde a redemocratização, em 1947, "a morte do líder não sepulta sua mensagem". Foram mais de 50 anos de luta, recorda. "Homens como Dinarte Mariz não nascem em cada século, haja vista que ele foi único em toda nossa história política. Que outro exemplo há, de mais de meio século de lutas, de entrega total, de doação absoluta? Dinarte foi coerência, afirmação, lealdade, solidariedade, assistência, resistência, fidelidade". Eugênio cita o exemplo de 1982, quando muitos foram os eleitos com a votação do dinartismo. "Não acredito que o dinartismo esteja morto", mas reconhece que torna urgente que alguém levante a bandeira do velho, "dê a ordem de comando, assumo seu lugar. E para isto, ninguém melhor, ninguém mais credenciado do que o Senador Moacyr Duarte", concluiu. □

EDUCAÇÃO

O difícil acordo entre os professores e o Governo

Continua o impasse entre o Governo do Estado e a categoria dos professores que, em greve desde o último dia 12 de abril — atingindo 97 por cento das escolas estaduais — reivindicam uma reposição salarial de 180 por cento sobre o reajuste já concedido para este mês de maio, na base de 100 por cento do INPC. De um lado, estão o Governador José Agripino e os setores econômicos do Estado insistindo que o erário não tem condições de conceder um aumento maior; de outro, os professores que, não satisfeitos com o reajuste, acusam o Governo de tratar a classe com descaso, sem a preocupação de pelo menos apresentar uma contra-proposta.

O movimento dos professores da Rede Estadual de Ensino foi iniciado em março, com a elaboração de um documento entregue ao Governador, cujas principais reivindicações foram: cumprimento pelo Governo do Estado do Decreto-Lei n.º 67.322/70, que prevê o pagamento de 3,5 por cento do salário-mínimo por hora/aula ao professor; reajuste do funcionalismo de 100 por cento do INPC e mais 20 por cento aos professores; e a criação de

um piso salarial para professores primários igual a três salários-mínimos. Nesse último caso, os professores deveriam trabalhar 23 horas semanais, mas recebendo as 17 que completam as 40 horas.

Nas negociações com o Governo, intermediadas pelo Secretário de Educação, Hélio Xavier de Vasconcelos, os professores não saíram satisfeitos, "embora o reajuste do Governo tenha sido diferenciado para a categoria", frisou o Secretário de Educação. Para alguns professores, esse aumento chegou a 120 por cento. Argumentou ainda Hélio Vasconcelos que o Decreto-Lei não havia sido cumprido, baseado num parecer do Tribunal Federal ao Governo da Bahia cuja categoria fazia a mesma reivindicação, onde afirma ser da competência do Estado as matérias que tratam de assuntos financeiros.

PROPOSTA — Uma nova proposta foi entregue ao Governador pelos professores, que, para substituir o cumprimento do Decreto-Lei, prevê a reposição salarial de 180 por cento, parcelado em 80 por cento em 1.º de agosto próximo, 20 por cento

em novembro, 50 por cento em fevereiro de 86 e mais 30 por cento em maio de 86. Essa proposta foi considerada pelos setores econômicos do Governo como impossível de ser cumprida, uma vez que isso acarretaria num **déficit** de Cr\$ 30 bilhões no orçamento do Estado.

A contra-proposta do Governo, disse Hélio Vasconcelos, seria o processo de reposição salarial a partir de novembro próximo, de acordo com as disponibilidades financeiras do Estado. Isso significa, diz Hélio, que os professores terão um aumento diferenciado mais uma vez. Segundo José Antenor de Azevedo, Presidente da Associação de Professores do Rio Grande do Norte, o que irritou mais a categoria foi o Governador não ter apresentado uma contra-proposta baseada na proposta já apresentada.

A greve foi decretada em Assembleia Geral logo após uma reunião entre representantes dos professores, o Secretário de Educação, Hélio Xavier de Vasconcelos, Secretário da Fazenda, Haroldo Bezerra, Secretário do Planejamento, Manuel Pereira, e Secretário da Administração, Efrem Lima. A partir daí, "fechou-se o tempo" entre as duas partes interessadas e o movimento, em princípio forte, foi enfraquecido com a decisão de alguns membros do Comando de Greve de sustar a medida no dia 22 de abril, quando da morte do Presidente Tancredo Neves. Dois dias depois, foi realizada uma assembleia e decidida a continuidade do movimento, com novas tentativas de diálogo com o Governo do Estado.

Divulgadas medidas punitivas logo que foi consolidada a greve, o Secretário de Educação desmentiu qualquer punição aos professores grevistas, relatando apenas a preocupação do Governador José Agripino com o prejuízo para os alunos. Em face disso, disse Hélio, foi que se reuniu os diretores de escolas da Capital, quando foi constituída uma comissão que estudará uma maneira de cumprir o calendário escolar, "para que o educando não seja prejudicado mais uma vez".

Segundo Antenor de Azevedo, os professores estão dispostos a seguir o movimento até que o Governo ceda, mas ele disse não acreditar em repressão, quando se sabe "que vivemos numa nova época, uma Nova República e esperamos que o Governo se disponha a conciliação". □

Nordeste e RN: como recuperar?

GARIBALDI FILHO

O Governador Luiz Rocha, do Maranhão, foi entrevistado no jornal «Hoje», da Rede Globo de Televisão. De modo simples, objetivo, até didático, sincero e sereno, o Governador explicou que é impossível realmente precisar o montante, avaliar a extensão dos prejuízos para a economia do seu Estado com as enchentes. Por que? Porque além das perdas já sofridas com a produção submersa por tantos dias, com a destruição de infra-estrutura como açudes, pontes, barragens, serviços de fornecimento d'água, há também aquela parte de safra frustrada com a persistência das chuvas, impossibilitando a sua colheita e reduzindo sua produtividade.

O Governador não poderia ter sido mais conciso e mais esclarecedor para que a Nação compreenda e dimensione mais esta tragédia que se abate sobre nossa Região. Sem dúvida alguma, o Governo Federal, através de uma vigorosa e fulminante ação, por decisão do Presidente José Sarney, não tem faltado na assistência e no socorro imediato às vítimas das enchentes. A esta ação se juntam, inegavelmente, num excepcional mutirão de solidariedade, as providências dos Governos Estaduais, de entidades com responsabilidade na vida da comunidade, como é o caso do Instituto «Varella Barca», da ajuda de Estados de outras regiões, enfim, numa convergência compatível com o legado e as lições do inesquecível Presidente Tancredo Neves.

As preocupações do Governador Luiz Rocha não são irreais. Pelo contrário. Alicerçam-se no reconhecimento de que os mecanismos acionados pelo Governo Federal, até 15 de março, nesta Região, pecavam por um desajustamento com nossa realidade e nossas inadiáveis necessidades.

Sem dúvida alguma, agora mais do que nunca, mostraremos à Nação e à História como mudou este País com a Nova República. Daí não termos hesitações em prever e antecipar uma mudança radical no processo de recuperação e de revalorização do Nordeste.

Por outro lado, se estes prejuízos chegam a ser no Rio Grande do Norte dimensionados pelo Governo Estadual através de uma estimativa de 80 bilhões de cruzeiros, só com a destruição de estradas, prédios pú-

blicos, residências, sistema de abastecimento d'água, açudes, eletrificação, é preciso levantar, também, os prejuízos na iniciativa privada.

Somente no Parque Cerâmico do Estado estão desativadas 96 unidades fabris de maior porte, porque existem aquelas pequenas espalhadas pelos quatro cantos do Estado. São 15 mil empregos diretos, segundo ainda os dados levantados pelo Presidente do Sindicato daquela Indústria, engenheiro Antônio Ferreira de Melo.

Nesta Indústria, os prejuízos também não estão ainda devidamente avaliados, segundo o seu depoimento, porque está sendo impossível a retirada de matéria-prima, a secagem do material e retirar porventura o estoque existente, até porque a maioria das cerâmicas está inundada e as privilegiadas ilhadas.

Numa reunião da qual participamos em Recife, fizemos apelo ao Presidente da Caixa Econômica Federal, Marcos Freire, para que esta Indústria, a única instalada na zona rural, pudesse ser ajudada neste momento difícil. O assunto levantado pelo representante da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte ficou de ser examinado posteriormente pela diretoria da Caixa, em Brasília.

O Presidente da Indústria da Cerâmica tem se queixado, entretanto, do silêncio do Governo Estadual em torno destes prejuízos, referindo-se no caso da iniciativa privada, apenas, aqueles sofridos pela Indústria Salineira. Sabemos que a Cosern mostrou-se sensível a um pleito dos ceramistas e está pedindo o apoio da Eletrobrás para que seja concedida a isenção total durante seis meses da cobrança das contas de energia elétrica, ou pelo menos que só venha a ser cobrada a energia efetivamente consumida e não aquelas sobretaxas. É um pleito que precisa ter o apoio do Governo Estadual e não, apenas, ser tratado no âmbito da Cosern junto ao Ministério de Minas e Energia.

Enfim, acreditamos, que este mesmo mutirão formado na hora da assistência, das medidas de socorro às populações, com roupas, comidas e alimentos, possa se verificar, também, na hora da reconstrução, das providências que possibilitem a recuperação da economia do Estado e da Região.



Fábio Vieira: ainda assumindo

INDÚSTRIA

Seridó: um reinício cheio de denúncia de empregados

Cinco meses após ter sido transferida para o controle acionário do grupo Coteminas, a Indústria Têxtil Seridó ainda não começou a produzir. A nova diretoria da fábrica, segundo informa o superintendente industrial Fábio Vieira Marques Júnior, "ainda está assumindo" e, no parque industrial de Igapó, as máquinas ainda estão sob manutenção ou em testes de ajustamento para a reativação da linha de produção.

Apesar do tempo que seu maquinário passou parado e das condições econômicas do Estado, que vem afetando negativamente alguns setores da indústria local, a Seridó é considerada plenamente viável pelo grupo Coteminas. Para Fábio Vieira, a estrutura industrial da Seridó, se bem administrada, poderá levar a fábrica a operar com eficiência. Os planos, diz ele, é levar a empresa a uma posição sólida de funcionamento, tornando-a um modelo confiável dentro da economia do Rio Grande do Norte. Isso, no entanto, levará algum tempo para ser realizado, devido, principalmente, ao grande espaço de tempo em que as máquinas ficaram paradas, recebendo apenas um ou outro serviço de manutenção. É preciso reajustá-las a

um modelo de produção e somente a médio prazo, afirma, é que a Seridó estará com toda a sua capacidade produtiva em funcionamento, oferecendo cerca de 1.400 empregos diretos e «estáveis».

MUITAS RECLAMAÇÕES — Atualmente, na manutenção e ajustamento das máquinas, estão sendo utilizados cerca de 400 operários. Destes, coloca Fábio Vieira, "quase todos são ex-funcionários" demiti-



Empregados discriminados

dos quando o grupo Irsa fechou a fábrica de Igapó. Essa afirmação, no entanto, é contestada pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Têxtil do Rio Grande do Norte. Itamires Theodósio, presidente do Sindicato, diz que tem recebido muitas reclamações de ex-funcionários da Seridó que procuraram a nova diretoria e, apesar de qualificados para os serviços exigidos, não foram contratados. Itamires afirma, ainda, que quando procurou saber o porquê das recusas, foi informado pela nova diretoria da Seridó que "os ex-funcionários recusados não preenchiam as exigências internas da empresa". Itamires Theodósio foi informado também que essas exigências vão desde o aspecto físico e o comportamento pessoal do funcionário até os resultados de uma análise minuciosa da ficha individual de empregado, elaborada à época do grupo Irsa.

"Houve a quebra da promessa moral feita aos operários da Seridó", afirma o presidente do Sindicato. Lembra que, em outubro do ano passado, foi feito um acordo entre os operários da Seridó, o BNDES, o Governo do Estado, os grupos Irsa e Coteminas. Por esse acordo, os operários desmontariam o piquete de protesto em frente ao Ducal Palace Hotel em troca do cumprimento de duas promessas: uma, legal, seria o pagamento das indenizações e dos salários atrasados pelo grupo Irsa; a outra, moral, seria o aproveitamento de todos os ex-funcionários pelo grupo Coteminas na reativação da fábrica. A primeira dessas promessas já foi cumprida: o grupo Irsa pagou cerca de Cr\$ 3 bilhões e 400 milhões aos 1.100 operários demitidos. A segunda, denuncia Itamires Theodósio, está sendo desrespeitada. "Muitos dos ex-funcionários da Seridó, diz, não estão sendo readmitidos e o Sindicato não tem como obrigar a diretoria a fazer as contratações".

ESTRANHEZA DO SINE — A recusa de candidatos a empregos — sejam ou não ex-funcionários — pela nova diretoria da Seridó também despertou a atenção da Delegacia Regional do Sistema Nacional de Empregos — SINE/RN, que recebeu, no início deste ano, a solicitação para encaminhar candidatos a 500 vagas existentes na Seridó para vários tipos de serviços. Feito o cadastramento dos interes-

sados, o SINE enviou, somente em fevereiro e março, 1.500 candidatos para entrevistas. Destes, até agora, 697 já foram recusados. Estranhando o grande índice de recusas, a coordenação pediu informações à diretoria da Seridó e recebeu a resposta: "Os recusados não preenchem os requisitos exigidos".

Na mesma época em que o SINE estava encaminhando os candidatos à Seridó, surgiu a denúncia de que a fábrica não contratava mulheres casadas. A denúncia foi feita pela operária Maria de Jesus Fernandes, que também participara do piquete em frente ao Hotel Ducal. Itamires Theodósio disse que o Sindicato tomou conhecimento da denúncia e foi pedir explicações à diretoria da Se-

ridó, mas essa negou que tal discriminação estivesse ocorrendo.

O superintendente industrial Fábio Vieira reitera a afirmação, garantindo que "em nenhum momento houve discriminação contra os candidatos a emprego que nos procuraram. As recusas, todas elas, foram com base nas exigências internas da empresa". Na Delegacia Regional do Trabalho, o delegado em exercício Elacir Freitas, diz que também foi comunicado da discriminação contra mulheres casadas, mas que nenhum pedido ou denúncia oficial, por parte do Sindicato, chegou até ele. Nestes casos, diz Elacir, a empresa poderá ser notificada, mas não há dispositivo legal para obrigá-la a contratar ninguém. □

SINDICALISMO

Uma discussão que envolve a autonomia e o pluralismo

Mesmo adquirindo uma maior vitalidade nos últimos anos, o sindicalismo brasileiro carece de algumas poucas e boas modificações. Esse é o consenso. A interferência estatal causou muitos danos. Mudanças virão já, mas algumas pegarão muita gente desavisada. A Portaria Ministerial que transfere para os Sindicatos a competência de estabelecer as regras que determinam as eleições sindicais é uma delas.

"Será um grande passo rumo à autonomia sindical", proclamam as lideranças sindicais. No entanto, a questão maior diz respeito ao regime sindical. Implantado há muitos anos, o regime do Sindicato único tem alicerce no Artigo 516 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT): "Não será reconhecido mais de um Sindicato representativo da mesma categoria econômica ou profissional, ou profissão liberal, em uma dada base territorial".

DEBATE SOBRE O REGIME —

O debate é livre em torno do complicado assunto. Luciano Almeida, da Cooperativa dos Jornalistas, lembra a Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que conduz a autonomia sindical até as últimas consequências. "É difícil" — diz Luciano — "ser contra a

pluralidade sindical, por ser mais compatível com o Estado democrático. Parece também inquestionável que o sistema unitário de estrutura sindical restringe a capacidade associativa dos grupos profissionais". De outro lado, pondera Luciano, "é igualmente difícil propor várias alternativas sindicais quando não se consegue unir a metade de uma determinada categoria".



Política está mudando

Qual o melhor regime para o Brasil? A resposta pode ser encontrada na leitura da obra de Eduardo Gabriel Saad, «CLT-comentada»: "Deve ser um regime eclético que possa refletir as peculiaridades e as características de cada região geoeconômica. Deve ser flexível e susceptível de adaptações a meios sociais diferentes. Há de ser unitário nas regiões em que não existem condições propícias ao pluralismo sindical; há de ser plural onde essas condições se fizerem presentes". E prossegue o autor: "É inegável que o pluralismo sindical é o regime mais compatível com o Estado democrático. Porém, não temos ainda todas as condições indispensáveis ao funcionamento normal do Sindicato plúrimo", ressalva.

AMPLA ABERTURA — De um modo geral, as lideranças sindicais defendem o sistema unitário. Paulo Rocha, do Sindicato dos Médicos, sustenta a unicidade sindical, no seu aspecto orgânico, e defende o pluralismo de idéias, como ensina a tradição brasileira. Horácio Paiva, do Sindicato dos Bancários, também defende o unitarismo sindical tanto a nível de cúpula quanto nas bases territoriais, ou seja, no espaço do território em que o Sindicato representa efetivamente uma determinada profissão ou atividade econômica.

A discussão não acaba aí. Os principais pontos da Convenção n.º 87, da OIT, podem gerar uma abertura tão grande quanto deve ser a liberdade sindical e a organização do trabalho. Assim determina seu Artigo 2.º: "Os trabalhadores e os empregadores, sem qualquer distinção e sem autorização prévia, têm o direito de constituir as organizações que julguem convenientes, assim como de se filiar a essas organizações, com a única condição de observar seus estatutos". No inciso 2 do Artigo 3.º, um preceito do maior significado: "As autoridades públicas deverão se abster de toda intervenção que vise a limitar esse direito ou a dificultar seu exercício legal".

Enquanto a autonomia sindical não sai, em parte, pela revogação da Portaria n.º 3.437/74, continua a ampla discussão em torno do assunto nos Sindicatos, Federações e Confederações, até mesmo para que todos tenham tempo suficiente para adaptarem seus estatutos. □

A situação no mercado de capitais permanece estável

Ao menos no que diz respeito ao mercado de capitais, **over** e **open market**, nenhuma mudança aconteceu com a Nova República. O mercado continua livre e as taxas de juros normalizadas, mesmo que no mês de março esta taxa tenha aproximado-se dos 28 por cento ao mês, durante uma semana, pois no resto do tempo ela se manteve em seu patamar normal, 17 e 18 por cento ao mês.

Nenhuma norma foi instituída pelo Banco Central neste começo de Governo que diga respeito ao mercado de capitais, e os gerentes dos Bancos Itaú e Bradesco (grandes empresas privadas), acreditam mesmo que a área financeira não será alterada pela Nova República.

A Resolução 695, do Banco Central e que diz respeito a uma linha de crédito especial para pessoas jurídicas, continua a ser aplicada nas instituições bancárias e, apesar de não ter mais os juros subsidiados pelo Governo, como acontecia há cerca de dois anos, sua procura ainda é intensa.

DIFICULDADES — Antigamente a Resolução 695 permitia que os Bancos emprestassem dinheiro no prazo fixo de um ano e cobrava juros que não ultrapassavam 45 por cento durante o período. Esta Resolução foi bastante usada pelas empresas que, inclusive, se aproveitavam dos subsídios para aplicar a quantia do empréstimo e receber juros bem mais altos em suas operações.

No entanto, atualmente esta linha de crédito cobra cerca de 200 por cento de juros anuais — 85 por cento da correção monetária e mais 3 por cento de juros — o que dificulta o desvio destes recursos para aplicações no mercado e posterior pagamento do empréstimo com uma margem de lucros considerável.

O único juro subsidiado pelo Governo continua sendo o juro do empréstimo agrícola, quase inexistente para esta safra nordestina, o que ocorre devido aos percalços que estão atolando a Região em sucessivas enchentes que dizimam com as culturas agrícolas. □

Comercial José Lucena Ferro & Aço.



Uma boa construção se conhece pelos alicerces. Fortes, seguros. A Comercial José Lucena é assim: como uma construção sólida. Há meio século, fornecemos qualidade nos nossos produtos em ferro e aço. E você pode comprovar que a aquisição dos nossos artigos — ferro para construção civil, ferro quadrado, chato, barras e cantoneiras — é uma boa empreitada. Tudo isso com um preço amigo e um prazo vantajoso, além do serviço de entrega automática. Venha até nós. Com a Comercial José Lucena, a casa nunca cai.

Melo século fornecendo qualidade



COMERCIAL JOSE LUCENA LTDA.

Agora também com a loja de ferro

Av. Presidente Bandeira, 882, Alecrim — Fone: 223-4820

MATAR A SEDE COM O SABOR DA TERRA TEM MAIS GOSTO.

Viver na terra do sol só pode dar muita sede; e para matar essa sede só com um refrigerante feito por quem entende das bocas sedentas do Estado onde mais faz sol. Para beber e



saciar a sede sentindo o sabor das coisas feitas na terra só com refrigerantes DORE. A escolha é sua: DORE COLA DORE GUARANA DORE LARANJA DORE LIMONADA e GRAPETTE.



SIDNEY DORE IND. DE REFRIGERANTES LTDA.
Rua Sívio Pélico, 233 Tels.: 222-1594 — 222-3472
Fábricas: Natal-RN — João Pessoa-PB.

Empresários prestigiam a edição das 100 maiores

O lançamento da edição «As 100 Maiores Empresas do ICM e do ISS» da revista *RN/ECONÔMICO*, realizado no dia 12 de abril último, contou com uma grande participação dos empresários e autoridades locais.



O Prefeito Marcos César durante o lançamento



Empresários presentes no Bar Executivo



Distribuição da revista



Jussier Santos (SIC)



À direita, Júlio César de Andrade



Johannes Rohnstock, do Moinho Natal



Aspecto do público



Consumidor tem a quem apelar

COMÉRCIO

Começa a nascer em Natal a proteção ao consumidor

A crise econômica — da qual o País começa a tentar sair com as perspectivas de reformas da chamada Nova República — diminuiu sensivelmente o poder de compras do consumidor. Os lojistas de Natal, conscientes dessa situação e, principalmente, levando em consideração até as questões de ordem ecológica (seca, enchente) que sempre afetam a performance da economia local vêm, no decorrer dos últimos anos, colocando em prática uma política que pretende motivar o au-

mento de aquisição de bens de consumo. De início, através de campanhas públicas como a de reabilitação dos inadimplentes junto ao SPC. E agora, talvez descobrindo um lado benéfico da crise, através da criação de um mecanismo — Departamento de Assistência ao Consumidor — que naturalmente não apenas defenderá seus interesses mas também orientará o consumidor quando dos litígios entre as partes.

Enquanto os consumidores natalenses não se organizam em torno

de uma entidade de defesa dos seus interesses, ficam sujeitos a engodos de comerciantes e publicitários inescrupulosos. Na realidade, passos nesse sentido já foram tentados, mas ficaram apenas nas boas intenções. A Câmara Municipal, por exemplo, recentemente colocou em sua pauta essa questão, quando o vereador do PDS, Marlindo Pompeu, apresentou projeto de sua autoria que criaria a Comissão de Defesa do Consumidor. A proposta, aprovada por unanimidade no final do ano passado, não foi colocada em prática por conflitos de interesses entre os vereadores das bancadas do PDS e PMDB, após ingerência do Prefeito Marcos César Formiga nesse que é considerado um assunto interno dos vereadores.

Alimentos estragados postos à venda, política questionável na comercialização de medicamentos e

Ah, eu adoro os coroas!



No Tahiti não tem essa história de discriminação. Jovens ou coroas, todos são recebidos com muito prazer. E com uma mordomia capaz de matar de inveja os ministros da Velha República.

MOTEL TAHITI
O prazer é aqui.

na sua propaganda, produtos essenciais para consumo levados à categoria de artigos de luxo, são problemas básicos da população economicamente ativa. Além dos problemas relacionados ao consumo de produtos relacionados à alimentação e saúde, somam-se os de produtos para a educação, habitação, transportes e vestuário. A reportagem de **RN/ECONÔMICO** ouviu assessores do Clube de Diretores Lojistas acerca da política de incentivo ao consumo no comércio e, também o vereador do PMDB, Wober Júnior, eleito presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, que explica detalhadamente por que esta não foi colocada em prática.

ASSISTÊNCIA, SIM. E DEFESA? — O Departamento de Assistência ao Consumidor — Deacon — que começará a funcionar a partir deste mês no prédio do CDL, na Rua João Pessoa, contará de início com apenas um estagiário da UFRN. A criação desse Departamento segue orientação da Confederação Nacional dos Clubes de Diretores Lojistas, com o objetivo de, oferecendo esse serviço ao consumidor, divulgar melhor os princípios da atividade comercial e dos CDL's. E, segundo o Assessor Jurídico do CDL, Ricardo Sobral, é compatível defender interesses do comerciante e assistir o consumidor. "O consumidor é a razão da existência do comércio; portanto, o lojista deve encarar o problema do consumidor como um problema seu".

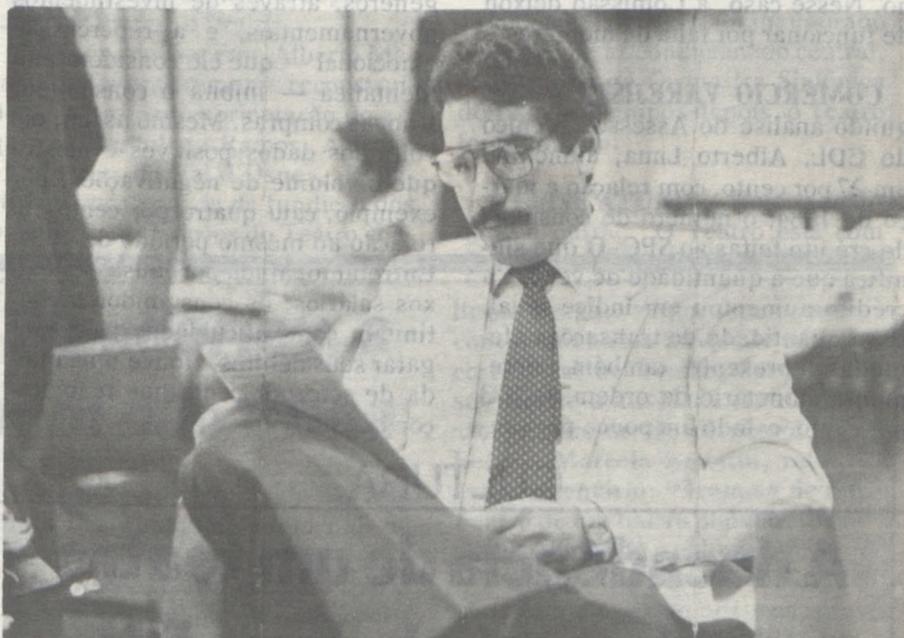
O Deacon vai solucionar problemas surgidos no contrato de compra e venda, entre os quais os de qualidade, uso e conservação de bens e serviços, assistência técnica, promessa de garantia, entrega das mercadorias. Queixas dos consumidores de todos os ramos ligados ao CDL: móveis e eletrodomésticos, tecidos e confecções, veículos e acessórios, material de construção, ótica e relojoaria, livraria e papeleria, supermercados, lojas de fotos e postos de gasolina, além dos ramos financeiros, imobiliário e de serviços.

O processo de assistência ao consumidor, em linhas gerais, obedecerá a seguinte recomendação: o consumidor formalizará, por escrito sua reclamação, historiando o fato de reclamação e, no final, dirá sua pretensão. Fundamentará sua reclamação através de Nota Fiscal, Certifi-

cado de Garantia e outros documentos pertinentes. Em seguida, o Deacon marcará reunião entre as partes conflitantes com vistas a uma composição amigável. No caso de ficar efetivamente comprovada a má-fé do fornecedor do produto ou serviço, e não havendo acordo, o cliente será orientado a procurar a Justiça Comum. E, quando estiver reimplantado no Estado, o Juizado de Pequenas Causas.

Para Ricardo, o Deacon funcionará como uma "almofada entre cristais". Acrescenta que o novo meca-

Comissão — além dessa, a Câmara contaria com as Comissões de Justiça, Finanças, Viação e Obras, Educação e Redação Final — Wober Júnior relaciona as atribuições que a de Defesa do Consumidor teria. Primordialmente, a Comissão seria também intermediária entre o consumidor e comerciantes. Também denunciar a ação — que ele considera "depredadora" — dos intermediários entre produtores e comerciantes, já que os custos finais dessa operação acabam sendo pagos pelo consumidor. Ele, na condição de



Wober Jr.: comissão inexistente

nismo não tem caráter punitivo, mas sim de natureza conciliatória. "Acredito que a partir do momento em que o comerciante se dispõe a dialogar com o consumidor, já se tem boas chances de resolver esses conflitos surgidos nas transações comerciais", argumenta ele.

DEFESA E INTERESSES — A Comissão de Defesa ao Consumidor existe em outras cidades do País, funcionando como Comissão Ordinária das Câmaras Municipais. Salvador é, talvez, a única cidade do Nordeste que já conta com uma dessas Comissões. O vereador do PMDB, Wober Júnior, eleito presidente daquela Comissão, acha que os consumidores natalenses têm condições de criar uma associação desse tipo. Porém, ressalva que, criado através do Poder Legislativo, um organismo desse tipo teria um poder político de reivindicação muito maior.

Fazendo um rápido histórico da

presidência, iria propor à Câmara que o Governo do Estado criasse formas de negociação entre o produtor e o comerciante, extinguindo na prática a ação dos intermediários. "Concomitantemente, o Governo exerceria também uma fiscalização do controle dos preços", acrescenta ele.

Ainda segundo Wober, essa política de defesa do consumidor seria com relação a todos os ramos do comércio e serviços, prioritariamente quanto às questões envolvendo a compra e venda dos chamados "gêneros de primeira necessidade". "Daí se ver a importância de funcionamento dessa Comissão", acentua ele. Voltando à história do projeto, feito há cerca de um ano, conta que foi adiada a sua votação durante "uns oito meses, por motivos e interesses que desconheço". Após a aprovação do projeto, no final de 1984, e com a eleição da nova mesa diretora da Câmara, passaria a funcionar regularmente como todas as

outras Comissões.

No entanto, conta Wober, o Prefeito Marcos César Formiga interveio — “de forma arbitrária” — num assunto **interna corporis**. “Não compete ao Prefeito, enquanto Chefe do Poder Executivo, tomar para si essas atribuições”, critica. Analisa que, com essa interferência, a bancada do PMDB, em sua maioria, renunciou aos cargos das Comissões em sinal de protesto. O resultado disso é que a bancada do PDS não pôde preencher todos os cargos, pois isso é contra o regimento interno. Nesse caso, a Comissão deixou de funcionar por falta de membros.

COMÉRCIO VAREJISTA — Segundo análise do Assessor Técnico do CDL, Alberto Lima, aumentou em 27 por cento, com relação a março de 1984, o número de consultas de crédito feitas ao SPC. O que significa que a quantidade de vendas a crédito aumentou em índice igual. Essa quantidade de transações efetuadas apresenta também incremento monetário da ordem de 373 por cento, caindo um pouco por cau-

sa da inflação no período. A explicação para esse saldo positivo, a despeito de uma série de fatores sócio-econômicos adversos, é dada antes de mais nada pela recente política de reajuste salarial menos restritiva e de acordo com o INPC.

Comentando os grandes prejuízos que as recentes enchentes causarão à economia principalmente no setor primário, Alberto pondera que estes se refletirão no consumo de modo geral, em função da própria escassez de alimentos. A própria recomposição da fonte produtora de gêneros, através de investimentos governamentais, e a repercussão emocional — que ele considera momentânea — inibirá o consumidor a novas compras. Mesmo assim, ele volta aos dados positivos e mostra que o volume de negativas, por exemplo, caiu quatro por cento em relação ao mesmo período de 1984. Entretanto, ainda por causa dos baixos salários, os consumidores continuam com dificuldades para resgatar seus débitos. Houve uma queda de sete por cento nas reabilitações. □

CULTURA

A decadência de um teatro que é um símbolo no RN

O mais antigo e mais importante teatro do Rio Grande do Norte, o Alberto Maranhão, considerado uma das mais belas casas de espetáculos do Brasil, está sofrendo as graves conseqüências de uma série de problemas acumulados durante os últimos anos, e o seu superintendente, o escritor e artista plástico Iaperi Araújo, está enfrentando uma série de dificuldades para solucioná-los. Apesar dos seus esforços ao reivindicar, a principal dificuldade que Iaperi Araújo está enfrentando é a de “escassez de recursos”, comumente alegada pelas autoridades governamentais quando os dirigentes e produtores culturais pleiteiam verbas. Isso em decorrência de fato antigo: a área cultural fica sempre em planos secundários quando o Governo prioriza seus investimentos.

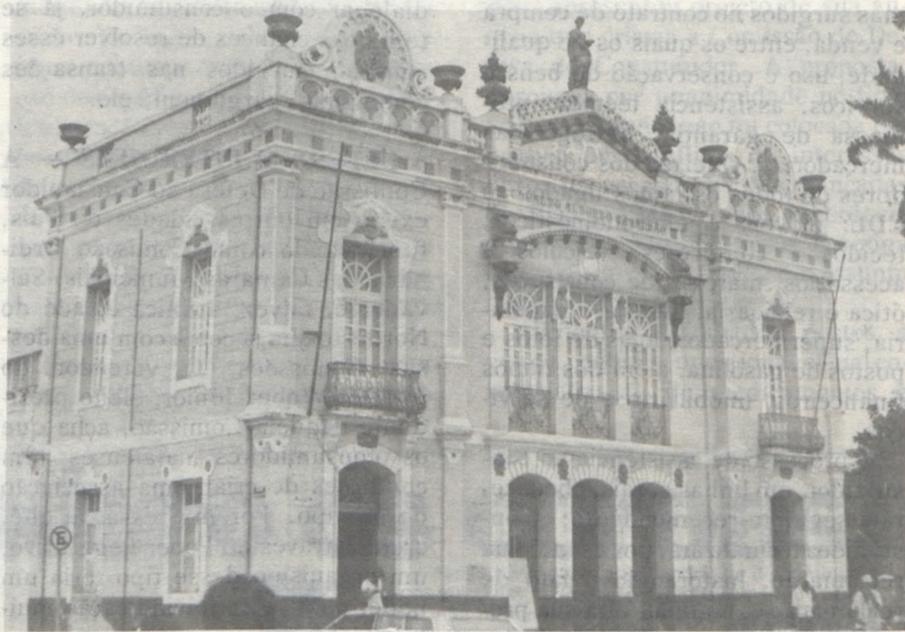
A realidade, triste e crítica, é que o Teatro Alberto Maranhão está num processo de decadência que pode se tornar irreversível se não

forem tomadas providências urgentes. E as que estão sendo tomadas podem ser consideradas paliativas, já que o Governo do Estado

não está encarando o problema em sua totalidade. O problema só seria solucionado mediante uma reforma geral, já que a última grande foi feita há cerca de 26 anos atrás, quando o Governador do Estado era Dinarte Mariz e o Diretor do Teatro era o teatrólogo Meira Pires. O Secretário Estadual de Cultura, Hélio Vasconcelos — que tem feito uma boa administração da área da Educação, mas uma não tão boa na de Cultura, autorizou no começo de abril a execução de parte dos trabalhos de recuperação do prédio e dos objetos do Teatro.

Os artistas da cidade, especificamente os que trabalham com teatro, têm denunciado a situação de abandono no Alberto Maranhão e cobrado soluções do Governo do Estado. Iaperi Araújo, a despeito dos problemas enfrentados pela sua administração, mantém boas relações de trabalho com os artistas, abrindo as portas do suntuoso Teatro a todos e ao grande público, sem o elitismo do até hoje polêmico Meira Pires, que administrou aquela casa de artes com um zelo intransigente, o que motivou um folclore em torno de sua figura. Conta uma lenda que, quando da apresentação de um pianista de vanguarda naquele Teatro, Meira Pires não queria ceder o piano do Alberto Maranhão, alegando que o conhecido pianista não sabia tocar. Lenda ou não, a realidade é que ele também foi muito elogiado por essas mesmas atitudes de zelo, especialmente quanto à manutenção da boa estrutura do prédio.

TEATRO, SUA HISTÓRIA E IM-



Um teatro ao abandono

PORTÂNCIA — Até 23 de agosto de 1957, quando a Lei 744, da Prefeitura de Natal, mudou sua denominação para Teatro Alberto Maranhão, este era conhecido como Teatro Carlos Gomes. O início da construção do prédio do Teatro se deu em 1898, no Governo Ferreira Chaves, sendo concluído durante o Governo de Alberto Maranhão em 24 de março de 1904. O edifício tipo chalé media 18,30 metros de largura por 78,60 de extensão. Na fachada, encimando o prédio, a escultura «Arte» de autoria de Mathurin Moreau. A decoração foi entregue ao artista Sam Joy, auxiliado por Teixeira da Cunha e Lustosa, que idealizou o teto com liras entrelaçadas de flores e safenas pintadas a óleo com cercaduras de *catleyas* da Amazônia e notas de música do lado exterior dos camarotes.

Durante a grande reforma, na pri-

meira administração de Meira Pires (1952-1967), foram suprimidos alguns detalhes da decoração da primeira fase do Teatro. Em cada coluna de separação das galerias, por exemplo, haviam sido pintados escudos decorativos cercados de louros com os nomes de Calderon, Shakespeare, Victor Hugo, Goethe, Alencar, Garret, Wagner, Massenet, Verdi, Von Suppi e Bach. A boca da cena era formada por um enorme arco em cujas pilastras constava o retrato do maestro Carlos Gomes, tendo ao centro, sobre o capitel, coroas de louros representando a Ópera e o Drama.

No segundo Governo Alberto Maranhão, foi praticamente reconstruído o Teatro, sob a orientação do arquiteto Herculano Ramos. A firma «Fonderies du Val d'Osne», de Paris, foi encarregada da fundição dos portões e dos balcões do Teatro che-

gados em Natal em outubro de 1911. Em 19 de julho de 1912, foi o Teatro solenemente entregue ao povo com um espetáculo, da «Gran Companhia Espanhola Opera y Opereta Pablo Lopes», intitulado «A Princesa dos Dólares», de Lec Fall. Em 1959, quando da sua grande restauração, foi criada a «Medalha do Mérito Alberto Maranhão» destinada a constituir prêmio simbólico pela obra artística, literária, educacional e científica relativa ao Rio Grande do Norte. Em 24 de março de 1960, foi reinaugurado.

No Governo de Tarcísio Maia, em 11 de março de 1977, foi inaugurado o serviço de ar condicionado central, com estréia da Orquestra Sinfônica do Estado. Tempos depois, o Teatro foi repintado.

A CRISE ATUAL — Hoje, a realidade é outra. «O Teatro está com

No Sandoval Wanderley, a situação também não é boa

“Deformação”, assim João Batista Júnior critica a reforma feita recentemente no Teatro Sandoval Wanderley, o «Teatrinho» do Alecrim. Naquele pequeno Teatro, localizado na Avenida Presidente Bandeira, as reformas feitas foram financiadas com recursos repassados pelo Inacen — Instituto Nacional de Artes Cênicas, em novembro de 1984, no valor de Cr\$ 3 milhões. “Com a Prefeitura se comprometendo em aplicar mais recursos na reforma, o que não foi feito”, garante Batista Júnior. “Os Cr\$ 3 milhões foram mal empregados”, acrescenta ele.

O projeto, de responsabilidade de um técnico do Inacen e de um engenheiro da Secretaria Municipal de Educação e Cultura — SMEC, segundo conta Júnior, previa retelhamento, pintura, criação de uma cabine para o quadro de luz e abertura de uma porta de acesso à platéia. Ele afirma que o retelhamento foi mal feito, já que o Teatrinho continua com goteiras; a porta lateral não foi feita da forma pedida, e também a cabine não foi construída. Crítica, ainda, a construção de mais uma sala, que será utilizada, mas que não era tão ne-

cessária “num Teatro que não tem uma boa ventilação, nem hall de espera”.

João Batista Júnior conta que a Fetern assinou um convênio com a SMEC, com duração de seis meses, após o qual ficará responsável pela programação artística do Sandoval Wanderley. Diante disso, cobra: “O convênio prevê que a SMEC dote o Teatro de todo o material técnico”. Afirma isso em decorrência do fato de a “SMEC ter achado por bem guardar esse material, só cedendo em dias de espetáculo. Queremos o material do Teatro no Teatro”. Denuncia, ainda, que dos 20 refletores, mais da metade está quebrada e sem lâmpadas próprias. Dos seis ventiladores que constam na lista de material do Teatro, apenas dois estão no Teatro.

ATIVIDADES CULTURAIS — Desde junho de 1983, segundo Júnior, não há quase nenhuma atividade teatral e cênica no Sandoval Wanderley. Nesse ínterim, houve apenas shows de calouros, de transformistas, desfiles de misses do Alecrim, festinhas do Jardim de Infância, shows de cantores da

linha brega. “Não temos nada contra nenhuma atividade artístico-cultural no Teatro, desde que se priorize a atividade teatral”. O ator e diretor de divulgação da Fetern, Marcelo Amorim, reforça esse comentário: “Trata-se de um Teatro de um bairro popular, único espaço para arte e cultura ali”.

E continua: “As atividades de teatro amador estão apáticas, precárias diante de uma política cultural também apática. Não queremos projetos efêmeros, mas aqueles que garantam a existência da atividade teatral durante o ano inteiro”. São 29 grupos de teatro amador filiados à Fetern, sendo que 10 são na Capital e 19 no interior. “Temos projetos na Fetern engavetados. Se viabilizados, dinamizariam o teatro no Estado”. Ele espera que os administradores da cultura no Estado olhem com mais respeito para as casas de espetáculos. Que são, além do TAM e do Sandoval Wanderley, o já consagrado Teatro Jesiel Figueiredo (a segunda grande opção do natalense em termos de teatro), e mais os Teatros de Bolso do Centro de Turismo, o das Quintas, Teatro de Arena da Cidade da Esperança, o Teatrinho do Colégio Winston Churchill, no Centro da Cidade Alta, e o recém-inaugurado Teatro do NAC — Núcleo de Arte e Cultura, no Centro de Convivência, Campus. □

graves problemas de estrutura e de conservação", não esconde Iaperi. Também não se exime das responsabilidades e relembra: "Desde que assumi, em dezembro de 1982, eu comuniquei à Secretaria de Educação e Cultura, a quem o Teatro está vinculado, que este necessitava de um serviço muito sério de recuperação da sua estrutura física, o que foi feito através de documentos e em audiências no decorrer das administrações de três Secretários — Luís Eduardo Carneiro, Genivan Batista e Hélio Vasconcelos. Sempre reafirmando que, se não fossem tomadas medidas urgentes, chegaria um ponto em que tudo estaria perdido".

Segundo o Superintendente do Alberto Maranhão, os principais problemas são de goteiras, instalação elétrica velha e alcatifas danificadas, entre outros, sendo que estes foram detectados logo quando assumiu. Como não foram feitos os serviços, esses problemas foram se agravando. Na época, o orçamento da obra era de Cr\$ 50 milhões. Hoje, só para o serviço de pintura seria gasta essa quantia. Iaperi acrescenta, ainda, que o orçamento anual



Iaperi: não há recursos

de 1984 foi de Cr\$ 3 milhões, o que obviamente é insuficiente. Ressalta, entretanto, que o Governador e o Secretário de Educação e Cultura têm demonstrado interesse, mas o orçamento do Governo está comprometido com outros investimentos.

Quanto aos órgãos culturais do Governo Federal, Iaperi ressalta que estes não repassam mais verbas

para recuperação de prédios. Afirma, ainda, que todo ano envia projetos culturais para o Inacen — Instituto Nacional de Artes Cênicas — solicitando verbas, mas desde alguns anos o Instituto não tem deferido os pedidos, num exemplo de política de contenção de despesas. Um dos projetos aprovados foi o dos «Noites Potiguaras», enviado ao Instituto Nacional de Música, órgão também da Funarte. O projeto, que objetivou abrir espaço para os músicos da terra e foi levado à prática no segundo semestre do ano passado (RN/ECONÔMICO n.º 161), contou com Cr\$ 2 milhões e 400 mil, repassados por esse Instituto.

Agora em maio, a área de música está sendo novamente beneficiada com a vinda do «Projeto Pixinguinha», cujas apresentações dos artistas estão sendo feitas desde 29 de abril até 28 deste mês. Além dos artistas de renome nacional, haverá espaço — «Janela do Pixinguinha» — para os cantores e músicos locais. Na administração anterior, o diretor se queixava dos danos que a superlotação do «Pixinguinha» causava ao Teatro. Não era simpá-

CODIF TEM.

As melhores marcas em ferramentas, material elétrico e motores elétricos. Equipamentos para piscinas e produtos químicos para tratamento d'água. Banheiras com sistema de hidroterapia, bombas hidráulicas, tintas e ferragens. Instrumentos de medição, máquinas de solda e abrasivos.



CIA. DISTRIBUIDORA DE FERRAGENS

NATAL — RUA DR. BARATA, 190 — TELS.: 222-3571/8033/8210 — TELEX: 2252.
RECIFE — SÃO LUIZ — SÃO PAULO — FORTALEZA — MACEIÓ — ARAPIRACA
PALMEIRA DOS ÍNDIOS.

tico à realização do Projeto ali. Iaperi afirma não ter nada contra, mas tomou a precaução de retirar as cadeiras sofisticadas dos camarotes e frisas e substituí-las por outras mais simples, já que as primeiras, quando do «Pixinguinha» de 1983, foram seriamente danificadas. São 250 cadeiras feitas com madeira de lei e acolchoadas com veludo e, garante Iaperi, facilmente quebráveis “quando usadas por quem não tem educação”.

URGÊNCIA NAS OBRAS — No início deste ano, foram feitos alguns serviços divididos por etapas, que serão realizados à medida que progressivamente as verbas forem liberadas, até a completa recuperação. Foi feita uma dedetização para matar os cupins que estavam agindo em algumas vigas e frizas no térreo e comprometendo as tábuas do palco ao urdimento na ribalta. Mesmo assim, em alguns locais é preciso substituir as madeiras que foram atacadas. E ainda que Iaperi garanta que a estrutura do prédio não corre risco, isso não descarta a necessidade urgente dos serviços. Ele enumera outros: é preciso substituir algumas tábuas do piso geral, consertos das divisórias das frisas e dos camarotes, substituição de algumas outras tábuas do palco, os carpetes da platéia, que estão se deteriorando (“desde os tempos das enchentes aqui na Ribeira, antes da



A decadência é geral

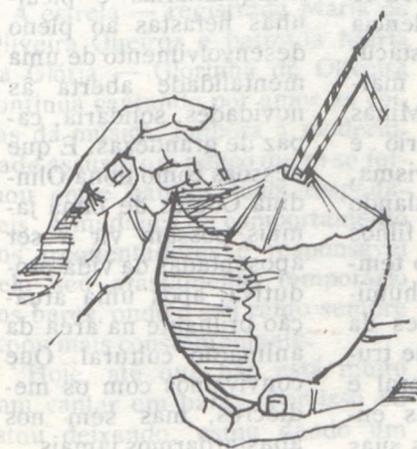
drenagem, que deixavam o teatro alagado por toda extensão do térreo”, lembra ele), substituição de louças sanitárias e colocação de boxes para proteção que possibilite aos artistas tomarem banho em seus banheiros nos camarins, após os espetáculos, destaca ele.

Acrescenta ainda que, preocupado com a falta de recursos e considerando que entidades ligadas à iniciativa privada — como por exemplo as Fundações Roberto Marinho e Pró-Memória — auxiliam na restauração de monumentos históricos, solicitou à Fundação José Augusto o tombamento do Teatro como monu-

mento histórico. O processo, adianta ele, está em tramitação e teve parecer favorável do Conselho Estadual de Cultura. Acredita Iaperi que, com isso, vai ser mais fácil conseguir recursos. Inclusive, até junto aos órgãos culturais de Governos de outros países, como por exemplo, Canadá e França. Também foi dado parecer favorável do setor de engenharia da SEC, que permite o funcionamento do Teatro para espetáculos, explica Iaperi, quando questionado da possibilidade de o Teatro fechar temporariamente por causa dos problemas.

A renda própria do Teatro, conseguida com a cobrança de 10 por cento sobre a renda dos espetáculos profissionais, só tem sido suficiente para execução de pequenos serviços como por exemplo conserto de 10 cadeiras quebradas no «Pixinguinha», o que levou um ano para ser feito diante da pobreza financeira do «Alberto Maranhão». Quanto à escassez de espetáculos das grandes companhias, especialmente as do eixo Rio-São Paulo, Iaperi faz a seguinte colocação: “A direção do Teatro é muito mais administrativa. Não atua na área de produção de espetáculos profissionais, o que é um trabalho específico dos empresários. Por outro lado, apoiamos os amadores que necessitam de recursos para montagem das peças, mas recursos também faltam ao Teatro. E cobramos a eles apenas uma taxa para manutenção da casa e pagamento de horas extras aos servidores daqui”.

Turismo entre Amigos.



Quando chegar à Natal, procure a nossa amizade. Desfrute as belezas da região e curta os melhores pontos da cidade em nossa companhia. Juventude e dinamismo à sua disposição.

NATACTUR

PASSAGENS E TURISMO LTDA.

Praça Pres. Roosevelt, 146 — Fones: 272-2119 e 272-2389 - Telex: NTPT 0852705
EMBRATUR 03011-00-41-1 — Eduardo Gomes-RN

JÓIS ALBERTO

Queiram-me permitir hoje por bondade, caríssimos leitores, uma digressão que só se justifica por ser sincera, de uma franqueza afetuosa que me define os passos de escrevinhador simples e indignado às vezes com as injustiças cometidas contra a vida humana e da natureza sobrenatural que nos deu, por exemplo, um Tancredo de Almeida Neves, uma altíssima senhora, dona Rizoleta, e uma República Nova e auspiciosa, vagindo nos cueiros mas bem nascida sob o signo de uma profunda obstinação.

Quem viu a memorável campanha e agora, a via crucis do corpo de Tancredo, viu um povo inteiro irmanado, vibrando, erguendo-se do barro, ascendendo, ganhando confiança, resistindo, numa ânsia calma de encontro e reencontro com seus direitos plenos, após uma servidão de vinte anos escuros. Viu o milagre que só sobrevive de fato na concordância em torno da causa mais justa e dignificante. Porque só o justo releva o homem, e o justo nos assegura, como um direito primário, a liberdade e o sonho, as aventuras do espírito, a música de uma Violeta Parra, que santifica o homem, a mais difícil coragem — a coragem de fazer a deposição dos nossos entranhados egoísmos de seres imperfeitos embora de fabricação divina.

Participamos todos e somos protagonistas anônimos ou não de um raro momento histórico feito de crises e de sobressaltos, de medos en-



Tancredo Neves

canados, de sonhos desfeitos e novamente acalentados por uns certos homens que nos honram. Que nos restituem a confiança interna e nos dão a certeza de que o gênero humano não degenerou de vez. Restam sementes boas, frutificáveis, translúcidas.

Tancredo acalentou um sonho de Tiradentes, de Garibaldi e de Bolívar. Uniu em torno de uma idéia única de liberdade um povo inteiro. Abriu comportas na alma de homens e mulheres e, num **continuum** bíblico, de revelação abriu-nos à devoção de uma idéia posta em prática desde suas primeiras aparições públicas. Até conseguir reunir e unir os artistas, seres que não se rendem nem se atrelam quando genuínos, embora sejam capazes de combater o bom combate quando isto se faz necessário.

A morte do Presidente Tancredo Neves coroa como um resplendor de mito sólido sua vitória no último janeiro. E creio mesmo, apesar de não processar dogmas reli-

giosos, que certos homens ressuscitam quando morrem. E Tancredo é hoje neste País menos um homem e mais uma força que legitima o sonho antigo de liberdade sem a qual não prospera nenhuma democracia, nenhuma arte, nenhum pensamento nobre.

Foi comovente para todos nós acompanhar pela televisão, este milagre do mundo ocidental, a maturidade política que se viu em São Paulo, a confiança compacta, as homenagens introdutórias, a onda a espriar-se sem dolo. Brasília, cenário propício para tragédias gregas, rendeu-se finalmente a evidência de que nenhum obstáculo impediria esta marcha. A cartase em Minas e o discurso sóbrio e compungido, de crisma, de dona Rizoleta falando a todos nós, seus filhos não mais por muito tempo desgarrados, humilhados pelas grades da cobiça e do ódio que trucidou famílias, moral e fisicamente. Minas enterrou seu filho nas suas profundas entranhas e, ao mesmo tempo, sa-

grou, pela vitória do Presidente Tancredo Neves, o sonho louco de Tiradentes.

Que agora possamos acolher o franco com franqueza e respeito. Sem cortar-lhe as asas e sem podá-lo, porque o hálito divino que entrou pela narina do primeiro homem não pode macular-se. Que sejamos consolados com a justiça e que pessoas como Águeda Ferreira, nossa grande revelação da dramaturgia em Festival Nacional realizado há dois anos em São Paulo, possa viz a ser valorizada e não precise mais vender pipocas, a empurrar diariamente um carrinho pelas ruas de Natal, sem dispor de tempo para escrever e cumprir seu verdadeiro mandato de artista, autora de teatro e de uma peça que mereceu, na época, da melhor crítica presente ao Festival, os melhores aplausos.

Que o Rio Grande do Norte não seja mais uma ilha cultural, esboço de alguma coisa improvável. Que a política cultural se dispa de suas superficialidades, de suas mesquinhas e picuinhas nefastas ao pleno desenvolvimento de uma mentalidade aberta às novidades, solidária, capaz de grandezas. E que pessoas como dona Olindeia Gomes de Lima jamais possam vir a ser aposentadas da vida produtiva, após uma atuação brilhante na área da animação cultural. Que convivamos com os medíocres, mas sem nos abastardarmos jamais.

FRANKLIN JORGE

Glorinha de Oliveira, uma estrela com luz própria

Há pouco mais de quatro décadas, ela despeja sua voz afinada nos ouvidos de quem ouve rádio ou percorre os bares onde os boêmios contemporâneos entrados em anos procuram sinais da juventude perdida. Apesar da multiplicidade do seu talento, que a levou a ser rádioatriz e locutora de noticiários e de programas de auditório, permanece sem conseguir levar sua voz aos estúdios de gravação, gozando da fama de «talentosa mas injustiçada» que persegue tantos artistas.

ga Glorinha. Até hoje, a artista resente-se de outras facetas ostensivas do público, que podem transformar o ofício artístico num pesadelo.

PRECONCEITO — A mais grave — e que resume as demais — é o desrespeito para com os que cantam e encantam as pessoas. A imagem do artista como marginal sem classe, desprovido de «talentos» para a «vida em sociedade» perseguiu e destruiu mesmo artistas famosos,

vida da cidade como um todo soterraram situações cortejadas por Glorinha como expressões dos «suaves» bons tempos. Ela recorda com carinho as serenatas perdidas, a farra sem riscos, a liberdade de mergulhar na noite sem precisar preocupar-se com o ladrão ou com a Polícia. De um modo geral, ela afirma que «a cidade ficou pior. Antes, eu saía da rádio direto para as serenatas, com outras pessoas. E não havia risco de encontrar trombadinhas ou policiais repressivos».

A rádio era a Poti, que mantinha um elenco de atores e atrizes de novelas, duas orquestras e dois programas de auditório por onde passou, além de Glorinha, o cantor Agnaldo Rayol. «Havia o Domingo Alegre e a Vespéral dos Brotinhos, no sábado. Era uma festa. Vinham famílias inteiras participar dos programas, as moças participavam de números que davam prêmios, su-



Glorinha: altos, baixos ...

... mágoas e vontade de continuar

A estrela — registrada Maria de Oliveira Queiroz e batizada Maria da Glória — Glorinha de Oliveira continua cantando por amor às coisas da música, embora a modernidade assuste um pouco quem se formou entre hábitos mais respeitáveis. A mudança de comportamento dos freqüentadores é responsável pelo seu afastamento temporário dos bares, onde o seu canto sempre ecoou mais constantemente.

“Hoje, até que não está muito bom cantar em bares. Por isso eu estou deixando, estou dando um tempo. O público não vai para curtir música. Fica conversando, de vez em quando sai uma briga. Sendo assim, de que adianta cantar?”, inda-

respeitados pelo seu gênio. “Grande parte do público entende que os artistas não passam de pessoas marginalizadas, decadentes. Essa carga é maior em cima das mulheres”, lamenta Glorinha.

O preconceito tem raízes sociais muito bem definidas, segundo ela, e extrapolam os aspectos meramente comportamentais comumente atribuídos aos artistas. “Geralmente, o artista vem da classe média baixa, dificilmente sai das elites sociais. Vem daí o preconceito do público elitizado, que permanece ainda hoje, embora em menor nível”, pondera.

Se a severidade do preconceito diminuiu pouco, as transformações na

bindo ao palco. O auditório estava sempre cheio”, recorda.

CULPA DA TV — Os programas permaneceram no ar até 1959, quando o surgimento de outras opções de lazer determinou o seu progressivo esvaziamento, até um final melancólico. “Foi péssimo”, anota Glorinha, “para os artistas e para o público, que ainda sonha com isto. A culpa é da televisão, que acomodou o povo. Veja aí o caso dos cinemas, também ameaçados de fechamento por falta de espectadores”.

A partir daí, a carreira de Glorinha desestabilizou-se, apresentando uma série de altos e baixos. Vol-

taria ao curso normal apenas nos anos mais recentes. Dos tempos bicudos, ela guarda lições que julga imprescindíveis a qualquer artista interessado em sobreviver num ambiente nem sempre de tolerância. "A vida do artista tem que ter esses altos e baixos. Quem não tem decepções, não vive as coisas com plenitude, não aprende todas as lições", ensina.

Os «baixos» incluem pagamento irrisório e um público musicalmente deseducado, conforme afirma Glorinha. "Não é possível sobreviver como artista aqui no Nordeste. O que se ganha não dá nem para as necessidades básicas. Veja que da minha época de rádio não há mais ninguém em atividade por aqui. Agnaldo Rayol foi embora, outros deixaram o rádio e foram viver de outras coisas", diz a cantora.

O principal problema é mesmo o dinheiro. Glorinha afirma que o que ganhou apresentando-se no programa «Festa Baile», apresentado por Agnaldo Rayol num canal de televisão de São Paulo, é mais do que ela consegue faturar em Natal durante um ano inteiro. "É preciso um reconhecimento maior da parte do público, que é quem faz o artista. É preciso que apareçam pessoas que entendam o valor da MPB para valorizar os artistas", cobra a cantora.

GRANDES NOMES — A lista de nomes a serem prestigiados inclui gente nova e gente mais antiga, alguns militando ostensivamente nos bares e palcos da vida, outros defendendo a sobrevivência em atividades onde os zeros do salário não são tão escassos. "Há muitos valores de qualidade aqui. Tem o Benê Torres, que está surgindo agora. Tem Liz Noga, que canta muito bem, e compositores do porte de Francisco Elion, Enoch Domingos, João Campanholi e Ney Leandro de Castro, um grande compositor. Eu gostaria de gravar alguma coisa dele", revela Glorinha.

Após o fim dos programas de auditório, Glorinha levou muitas horas da sua vida esperando um reconhecimento que viria somente em outubro de 1983, quando Enock e Campanholi produziram o **show** «A Estrela Canta», apresentado no Teatro Alberto Maranhão. No **show**, Glorinha comemorou 40 anos de vida artística e viveu "uma das maiores realizações da minha vida. O **show** significou tudo. Há muito tempo eu



A noite hoje é ingrata

esperava que alguém se lembrasse de mim. O artista se realiza quando faz grandes **shows** ou grava discos".

A chance de gravar já apareceu, mas em esquemas aquém do desejado pela artista: "Não era uma coisa concreta, de âmbito nacional. Posso até gravar um disco independente, desde que seja num esquema muito forte". Em torno da idéia de gravar reside uma das poucas mágoas colecionadas por Glorinha ao longo de 59 anos de vida.

MÁGOA — Quando a Universidade Federal do Rio Grande do Norte lançou o «Projeto Memória», registrando no acetato obras e vozes de compositores e intérpretes de épocas variadas, Glorinha esperava ser convidada para gravar, defendendo a inclusão do seu nome como importante para apontar os caminhos percorridos pelos artistas do Estado ao longo do tempo. "Se é um projeto para resgatar e registrar

a memória musical do Estado, eu seria uma pessoa indicada. Foram gravados discos de vários artistas que pouca gente conhece. Diógenes da Cunha Lima, com quem eu já trabalhara, sabia do meu potencial e não me convidou. Disso eu guardo mágoa", ressalta.

Agora que o afastamento temporário dos bares está definido — e que a chance de gravar não se apresenta tão próxima quanto o desejável — Glorinha diz que limitará o seu trabalho como cantora a «cangas» ocasionais em festas de amigos. Ali não haverá o risco de se expor a cenas vexaminosas, e o prazer de cantar o que ela própria e os amigos mais chegados curtem será respeitado. Cartola, Lupiscínio Rodrigues ...

Além do contacto com os amigos e compositores, ela continuará apresentando o programa «Tarde Mulher», na Rádio Poti. E mantendo intacto um amor à Música Popular Brasileira que nem as mágoas, os altos e baixos, o preconceito, o baixo salário e todas as outras dificuldades que infernizam o cotidiano de muitos artistas conseguiram derrubar.

Para sobreviver, explica Glorinha, é preciso somente que a chama seja acalentada e que a força de sedução da idéia de largar tudo em troca de uma vida menos atribulada continue abafada pela força pessoal. "É preciso ter essa força. É preciso presença de espírito, uma capacidade de amar sempre mais as pessoas que me curtem nas noites e nos bares de Natal". □

Os locutores que ditam o comportamento do povo

Eles são remanescentes de uma época de ouro soterrada nos porões da história do rádio no Brasil. Com seus clichês hilariantes, enfeitam os ouvintes que encarnam as sedas e os odores dos folhetins do século XVII. A maior parte deles é, em última análise, repetitiva. Mas são

apresentadores de musicais estão em todas.

MANIA NACIONAL — Em Natal, os **disc-jockeys** são, ao lado dos narradores de jogos de futebol, as grandes estrelas do rádio, indicando qual tipo de programação realmente



Ademir Ribeiro: acerto antigo

um sucesso. Suas crônicas e poemas, a dicção empostada e o artificialismo da linguagem informal que criaram rendem um prestígio que nem mesmo muitos políticos talentosos lograram obter.

A popularidade que conseguem parece justificar o epíteto de «reis do rádio», comumente utilizado para definí-los. Uma unanimidade forjada no curso das últimas três décadas e meia, período em que o rádio brasileiro viveu de altos e baixos. Hoje, quem se habilita a girar o botão sintonizador, constata que os **disc-jockeys**, os comunicadores, os

é ouvida pela população. Dominam os melhores horários, recebem muitíssimas cartas e, se espertos convenientemente, podem até acabar ocupando cadeiras políticas.

Alguns são símbolos de longevidade, demonstrando o acerto da fórmula. É o caso, por exemplo, de Ademir Ribeiro, apresentador há quinze anos do «**Show da Manhã**», na Rádio Poti. Ademir, há 25 anos vivendo no meio radiofônico, comprova na prática a eficiência dos reis. O seu é considerado um dos programas de maior audiência da emissora onde trabalha.

«Na realidade», diz ele, «não há **disc-jockeys** em Natal. Falta análise crítica da programação». Além de fazer programas como o seu, Ademir é também noticiarista e o surpreendente raciocínio anterior — quando se imagina que a categoria não é muito de emitir juízos sobre si própria — aponta para uma deficiência que é bem mais abrangente.

A fórmula de Ademir cativar os ouvintes mescla uma literatura que ecoa o parnasianismo à agilidade característica dos programas jornalísticos. Ele diz que, no início, os companheiros de profissão criticavam, por exemplo, a leitura de crônicas e poemas, escritas por ele próprio. «Isso é uma coisa que muitos já vêm fazendo atualmente», observa Ademir.

O segredo de tão bem sucedida alquimia não está distante de nós: «Eu acho que é o poder de comunicação, que às vezes você só pode ter ao microfone. Fora do microfone, eu sou até antipático», revela. Ademir garante que não houve nenhuma evolução no rádio brasileiro nos últimos anos: «No rádio e na TV, nada se cria. Tudo se copia, como disse Chacrinha».

SEM TRAUMAS — Fernando Luiz, da Rádio Tropical, vê as coisas de outro ângulo, ele, que assumiu «o povão». **Disc-jockey** e cantor, ele afirma não ter receio de assumir a estética «povão-já» publicamente, adiantando que já apresentou programas com os «ases» da Música Popular Brasileira. «Antigamente, no tempo em que eu era de conjunto, também apresentava programas de muito boa qualidade musical. Tocava Chico Buarque, Milton Nascimento, Caetano Veloso. Mas fui passar um tempo no Rio e vi as emissoras de lá com programas diferentes que realmente atingiam a massa. E resolvi modificar a linha dos meus», diz ele.

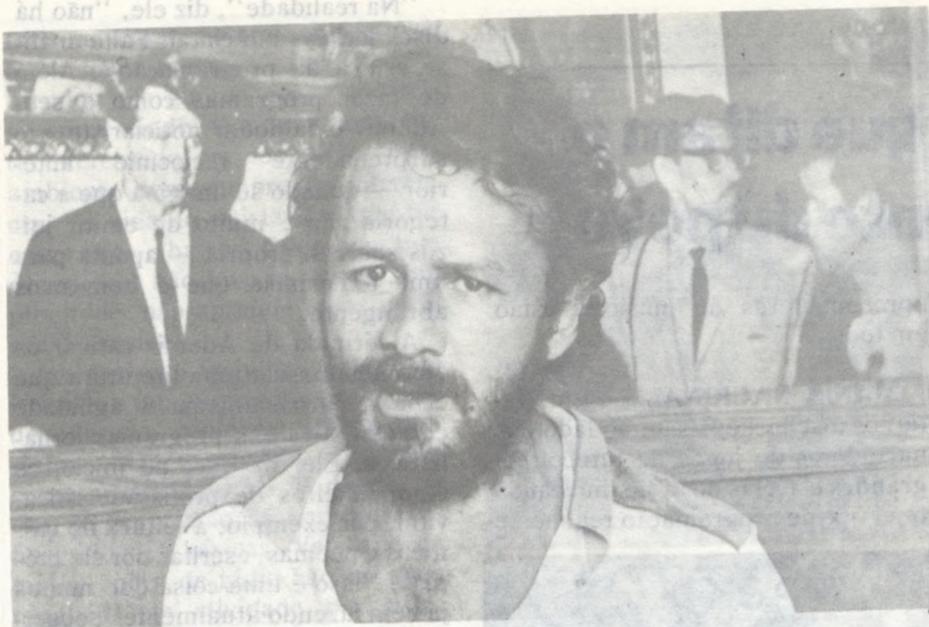
Fernando apresenta o programa «Geração Colorida» desde agosto de 1983, confiando que acertou ao assumir o popularesco: «O meu pro-

Ah, eu adoro os coroas!



No Tahiti não tem essa história de discriminação. Jovens ou coroas, todos são recebidos com muito prazer. E com uma mordomia capaz de matar de inveja os ministros da Velha República.

MOTEL TAHITI
O paradisio é aqui



Tom Borges, na Cabugi, também acertou

grama é realmente dirigido. Isto porque eu sei que quem ouve rádio, mesmo, é dona-de-casa, empregada doméstica, pessoas aposentadas. No somatório, são pessoas que não têm uma formação mais intelectual”.

O programa de Fernando Luiz tem «muita música e prestação de serviços», com espaços para intervenção do ouvinte. Para o cantor, há uma grande intimidade entre ele e o seu público. O que parece ser verdade, já que, durante a entrevista, duas jovens abordaram-no pedindo autógrafos, fotos e discos: “Quando tem carisma, o **disk-jockey** passa a ser admirado, vira uma marca. Eu me torno íntimo de todo mundo que liga para mim, mantenho uma conversa próxima. Sou amigo, mantenho uma relação de pessoa a pessoa com o ouvinte”, pondera.

FANTASIAS — O resultado são as abordagens fora e dentro da rádio, os convites para jantar com as famílias ou passar todo um fim de semana. A partir disto, Fernando Luiz diz que certas ouvintes criam fantasias, confessadas em cartas. Algumas mais ousadas até formulam propostas bastante concretas de repartir não só a mesa.

Crítico, Fernando não vacila em identificar aproveitadores onde deveria haver senso de medida: “Há muitos comunicadores que ainda levam a sério esse negócio de conquistas e alimentam as fantasias das ouvintes. É um jogo perigoso, pois o cara pode se prejudicar profissionalmente”, alerta ele. O alerta parece vir de uma pessoa com bas-

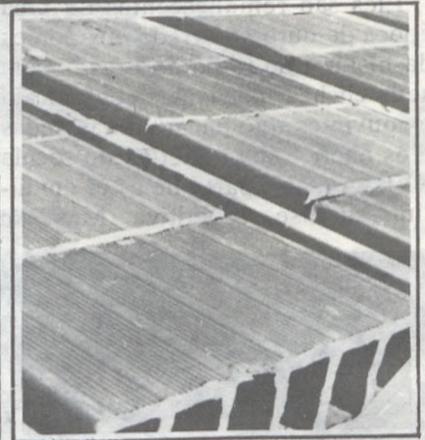
tante experiência no trabalho, tanto que arrisca conselhos sobre o que pode ou não pode existir num programa musical.

“De preferência, o programa deve ser pela manhã quando as informações mais quentes e os fatos mais importantes começam a acontecer. Deve ser basicamente de música e prestação de serviços, com alguns quadros que prendam a atenção do ouvinte”, ressalta. Incluem-se aí desde horóscopos de eficiência duvidosa até listas de farmácias de plantão e fofocas sobre televisão. Em termos de músicas, deve haver mistura. E coragem: “Tem que ter bom gosto e saber dosar, misturando Caetano Veloso e Reginaldo Rossi. Basta tocar no horário conveniente”.

OUTRA FREQUÊNCIA — Comunicador que também não vacila em falar sobre regras do seu ambiente é Tim Kawasaki, da FM-Reis Magos. Lá, todos os dias, Tim dá uma «canja» para a «rapeize». Arranha frases em inglês com um à-vontade invejável e aponta o virtuosismo como **uma boa**. “Martins Filho não sabia pronunciar bem o inglês, uma língua que eu dominava mais ou menos. Peguei o programa e a produção criou o personagem do Tim Kawasaki, para fazer sucesso. Eu aceitei e mudei de Tércio de Andrade para ele”, anuncia.

No programa «Flash Back», da Rádio Poti, para o qual foi escolhido apresentador, Tércio — aliás, Tim Kawasaki — começou a viver uma idade pré-FM: “Eu coloquei no programa uma inovação. Além de dizer

UMA QUESTÃO DE SEGURANÇA



Usar laje, seja de piso ou forro, hoje, é quase uma obrigação de quem constrói. A laje é uma questão de segurança, estética e beleza. E, se utilizadas nervuras e blocos, formando a conhecida Laje Volterrana, aí, o construtor terá mais economia de tempo e dinheiro, mais simplicidade na instalação, menos peso e uma qualidade sem igual. A Laje Volterrana, pela sua praticidade, tornou-se um produto nacionalmente conhecido. No Rio Grande do Norte é fabricada pela Saci-Material de Construção Ltda. Todo calculista criterioso determina Laje Volterrana para sua obra. Os investidores da construção civil também fazem isto. A Saci, detendo exclusividade no fabrico e comercialização do produto, ensina tudo sobre Lajes Volterrana. E ainda vende pré-moldados de cimento para pronta entrega.



Pte. Bandeira, 828 Tels.: 223-3626 / 3627 / 3628
Av. Rio Branco, 304 — Ribeirã — Natal-RN

o nome da música, passei a fazer uma pequena história, dizendo também o nome do compositor e a época de gravação. Uma viagem musical”.

Tim Kawasaki virou marca registrada. Isso foi há três anos passados. Tim, que tem 25 anos, passou-se então para a Reis Magos e encontrou a juventude dourada, senhora dos segredos do sucesso: “Na FM, o locutor tem que ser mais jovial. Geralmente, a ela procura se utilizar de vozes que sejam mais informais. A FM aboliu o locutor formal, que lia seriamente as notícias e apresentava as músicas dessa mesma forma”.

Por monopolizar o mercado de FM, a Reis Magos desfruta de uma confortável estabilidade de audiência, abocanhando um saboroso bolo publicitário. Sua programação é um sinal dos tempos. Tim é aluno do curso de Comunicação Social, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, e colhe opiniões de conversar de que participa sem prévio anúncio da sua condição: “Eu costumo ouvir críticas do público, através do anonimato. Dá para tirar mil conclusões. As poucas que são contra vêm dos que querem outra opção. Como a rádio é única no gênero FM, fica difícil agradar a todos”.



Tim Kawasaki: linguagem jovem

Uma FM pirata vira opção para público da Zona Sul

Os ouvintes de rádio do conjunto Candelária, boa parte de Potilândia e de Lagoa Nova podem se considerar privilegiados porque, além das pobres opções de estações AM e FM que servem à Capital, eles contam agora com a FM Armação que, embora funcione clandestinamente, já é uma opção e, pelo menos em termos de programação musical, de melhor qualidade.

A «FM Armação», uma rádio «pirata», funciona há seis meses dá forma mais simples possível: utiliza equipamento caseiro de som, tape-deck, dois toca-discos, um amplificador, um misturador de voz e uma antena de rádio amador (vale lembrar que trata-se da mais cara no mercado). Ela atinge cerca de 500 metros de distância e já se tornou um hábito para jovens e adolescentes dessas áreas, nas segundas, quartas e sextas-feiras, no horário de 20 às 22 horas.

FM A BAIXO CUSTO — Enquanto se gastam milhões para a implantação de uma emissora de rádio regular, seja AM ou FM, os custos de uma rádio pirata nos moldes da Armação são baixíssimos e quase insignificantes. Praticamente basta ter à sua frente pessoas que entendam de eletrônica, e esse foi o caso da Armação, que funcionou a partir de curiosi-

dade e experiências de duas pessoas que entendem do assunto e que se utilizaram também de ensinamentos contidos em revistas de eletrônica. Eles aplicaram um capital mínimo para a montagem dos transmissores, que hoje custam em torno de Cr\$ 80 mil, gastam mensalmente Cr\$ 30 mil cruzeiros na manutenção (ou compra de bateria para manter o transmissor) e a cada dia tentam aprimorar a técnica, sem grandes preocupações com a programação.

Sem utilizar as publicidades das emissoras comuns, hoje a Armação serve especificamente aos interesses da comunidade que atinge, a partir do momento em que não só oferece música de boa qualidade aos ouvintes, como também serve como meio de informação e comunicação para qualquer necessidade. Há os comunicados de festas e promoções dos bairros e os serviços de utilidade pública. E, além dos dois técnicos responsáveis pelo seu funcionamento, a rádio também conta com colaboradores (ou amigos).

Dois problemas essa rádio enfrenta: a escassez de discos — um produto caro — e a possibilidade de ser descoberta pelo Dentel, que só libera o funcionamento de uma emissora nesses moldes para abranger apenas 250 metros. No

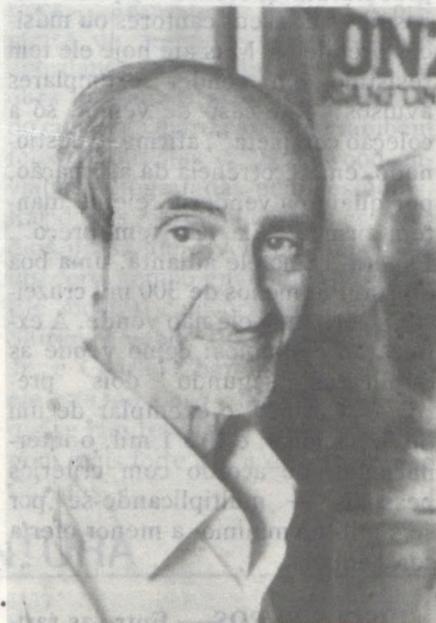
caso do Dentel detectar essa irregularidade, a legislação prevê uma pena de dois anos de detenção. Procurada pela reportagem da RN/ECONÔMICO para dar informações sobre as reais possibilidades de descoberta de tais irregularidades e mais detalhes sobre a legislação, a diretora do Escritório local do Dentel (não se identificou) se esquivou de dar informações, preferindo indicar a Delegacia Regional, em Recife. De qualquer forma, sabe-se que o Dentel precisa de rastreadores para localizar rádios «piratas» e aqui não existe nenhum desses equipamentos.

PESQUISA — Segundo um estudante de Comunicação que está fazendo uma pesquisa sobre rádios clandestinas e não quis se identificar, em Natal existe emissora pirata, e esse fato se repete em outras cidades do Brasil, como “Sorocaba, em São Paulo, que é a capital das FM piratas”. Se tem notícia também da existência delas em Vitória, Rio de Janeiro e algumas em Fortaleza.

O marasmo das emissoras locais e a péssima programação é a explicação encontrada por ele para a preferência que está se dando às piratas. A programação da FM local não está satisfazendo de forma alguma, diz, comprovando a que nível chegou a desconsideração com o ouvinte. Por outro lado, defende ele, o tipo de FM da Armação dá amplas condições de se fazer, na prática, uma rádio que sirva à comunidade, “até pelo fato de que a potência dela e o público que atinge não é muito grande”.

Um colecionador de raras lembranças do passado

Com 6 mil e 850 discos elétricos em 78 rotações (RPM), uma das maiores discotecas do Estado e possivelmente do País, está nas mãos de um antigo colecionador, Luís Alves de Araújo Filho, 63 anos, pequeno comerciante estabelecido à rua Felipe Camarão, Cidade Alta, onde reside com sua família numa casa simples e despojada de qualquer luxo, na frente da qual ele improvisou um barraco onde guarda o acervo e montou uma pequena boveda. Enquanto não aparece alguém capaz de negociar com ele a coleção, e nenhuma instituição cultural até agora conseguiu um modo de preservá-la, os discos estão sujeitos aos desgastes naturais provocados pela poeira e pela falta de um local mais adequado para guardá-los.



Luís Alves e seu acervo

Outro grande acervo de discos em 78 rotações, num total de 6 mil, é do doutor Grácio Barbalho. Antes de mais nada por ter uma situação financeira melhor do que a de seu amigo Luís Alves de Araújo Filho, e mesmo considerando que o amor dos colecionadores por suas coleções é semelhante, Grácio Barbalho naturalmente tem mais condições de manter em bom estado de conservação aquele grande número de discos. É um profissional. E há cerca de três anos, o público pode desfrutar do prazer de ouvir as músicas daqueles seis mil discos. Já que Grácio gravou em fitas magnéticas todo seu acervo e doou as fitas à Universidade para que esta montasse sua Musicoteca, da qual ele é o coordenador, e que se encontra à disposição do público no Centro de Convivência, Campus.

Luís Alves, no outro extremo, hoje se encontra numa situação diante da qual ele confessa concordar em vender sua coleção. "Estou velho, os familiares não demonstram o mesmo interesse que eu tenho em preservar os discos. Por tudo isso, acho que a ocasião é boa para negociá-la". De qualquer forma, ele sabe que não é um negócio fácil de se

**FIQUE
COM
UM BEM
DA TERRA.**

Ser cliente do Bandern é vestir a camisa do RN. É valorizar o RN. É colaborar para que os bens da terra fiquem aqui mesmo.

Para que isso aconteça, fique com o Bandern.

Nada mais justo.



fazer. Embora pondere que se alguém se interessar e for uma pessoa de bom gosto musical, mesmo com a tristeza que lhe causará se desfazer do objeto amado, ficará mais fácil exatamente pelo fato de a coleção ficar em boas mãos.

AMOR À MÚSICA — Por mais de meio século, ele coleciona discos. Tudo começou por volta dos seus 10 anos de idade, quando ele brincava nos antigos carnavais da Ribeira. Época dos melhores carnavais de Natal em todos os tempos, com muita música ao vivo, folias de confetes, serpentinas, lanças. Quem brincava ali, depois guardava muitas boas lembranças. “O carnaval fervia”, ressalva ele. No decorrer dos dias seguintes, ele querendo lembrar ainda naquela época os bons momentos de fevereiro, começou a adquirir discos de frevos e outros gêneros carnavalescos. Foi a partir daí que, de repente, se viu colecionando discos.

Tempos depois, adquiriu uma vitrola de segunda mão. Com ela, vieram mais discos. Nessa outra época, ele morava em Taipu. Estava em meados da década de 30, quando foi para o interior. Lá passou mais de 30 anos, até retornar a Natal. E apesar de grande aficcionado da música, ele não era boêmio. De festejos, só gostava mesmo do Carnaval e de festinhas religiosas, como a da Padroeira de Natal, em dezembro: “Tinha fogos, balões, barracas de prendas e de jogos, de comidas regionais”, relembra. Tempos dos sucessos de antigos monstros sagrados como Francisco Alves, Orlando Silva, Mário Reis, Carmen Miran-

da, Alvarenga e Ranchinho, Sílvio Caldas. De quem ele tem os primeiros discos, hoje raridades. Além dos clássicos da MPB, Luís também tem muitos discos antigos de cantores e músicos norte-americanos e da América Latina, além de alguns de música clássica.

Obviamente muitas pessoas já o procuraram querendo adquirir discos raros dos seus cantores ou músicos prediletos. Mas até hoje ele tem resistido em vender exemplares avulsos: “Em caso de venda, só a coleção completa”, afirma. Questionado, em decorrência da afirmação, por quanto a venderia, ele se mantém firme: “Ela não tem preço”. Espera, como ele adianta, uma boa oferta. Por menos de 300 mil cruzeiros é certo que ele não vende. A explicação é simples: como vende as duplicatas segundo dois preços — Cr\$ 500, o exemplar de um disco nacional; e Cr\$ 1 mil, o internacional, de acordo com critérios pessoais — multiplicando-se por seis mil, no mínimo, a menor oferta seria aquela.

DISCOS RAROS — Entre as raridades da coleção, constam os primeiros de Ademilde Fonseca, Nelson Gonçalves, Luís Gonzaga, Ângela Maria e alguns outros menos votados. Carlos Galhardo é o cantor do qual ele possui mais discos. Tem, ainda, muitos discos do início da carreira de grandes intérpretes, como Araci de Almeida, Isaura Garcia, Almirante, Elvira e Rosina Pagã, Black-Out, Claudionor Germano, Dick Farney, Lúcio Alves, Dorival Caymmi, Jackson do Pandeiro, Paulo Moura e até de Hebe Ca-

margo, entre muitos outros. Tem também muitos discos de conjuntos vocais como, por exemplo, dos do famoso Bando da Lua, Anjos de Inferno e outros. Uma outra raridade: discos do notável palhaço Arrelia. Ou de intérpretes geniais, hoje pouco conhecidos, mas que chamam a atenção pelos nomes inusitados: Vassourinha e Caco Velho.

Entre os discos da música internacional, muitos de ritmos bem populares na época como Fox, Valsas, Blues, Tango, além de rumbas e cha-cha-chas. De ópera, discos do grande Caruso. De música norte-americana, discos de muitos artistas hoje desconhecidos do grande público consumidor. Entre os conhecidos, alguns clássicos como Al Jolson, Duke Ellington, Dizzy Gillespie, Art Tatum, Harry Belafonte, Sinatra. De astros de Hollywood, ele possui ainda Bing Crosby, Ava Gardner, Fred Astaire, e os primeiros de duas antigas estrelas do rock'n roll: Elvis Presley e Bill Halley. Ao informar sobre esses dois artistas de música jovem, ele relembra que até recentemente possuía o primeiro disco gravado por Roberto Carlos. Um rapaz, fã do cantor, ao saber que ele possuía o procurou. O disco foi vendido a Cr\$ 50 mil, há cerca de um mês. Antes, ele havia recusado uma oferta de Cr\$ 40 mil feita por outra pessoa.

Embora Luís Alves de Araújo tenha começado a colecionar na década de 30, ele possui vários discos do início do século, quando a primeira indústria fonográfica brasileira começou a funcionar. Ele, talvez por modéstia, diz: “Não tenho disco especial, difícil. Os meus discos são



Raridades mal cuidadas ...

... e amor pelas lembranças

de música mais comum, são raros porque não se editam mais". Apesar de não vender cópias avulsas dos discos, ele troca-os com outros colecionadores: "Entre colecionadores, dinheiro não vale", assevera. Acrescenta que, desse modo, conseguiu muitos discos. Mais uma vez cita o exemplo do Dr. Grácio, com quem às vezes trocava um disco difícil, e este retribuía com outros discos igualmente difíceis.

"Conseguí para doutor Grácio o único disco em que Noel Rosa canta uma das suas músicas. É um 78 rotações, que ele gravou com Marília Batista, uma das intérpretes prediletas de Noel. O nome do disco é «Provei». Foi o que o doutor Grácio mais gostou", diz, entusiasmado.

OUTRAS COLEÇÕES — Normalmente, todo colecionador tem mais de uma coleção. Luís Alves tinha outras, que por motivos alheios à sua vontade perdeu. Uma outra muito valiosa que ele possuía, foi a

das revistas «O Tico-Tico». Colecionou, ainda, estampas do antigo Sabonete Eucalol. Em cada caixa com três sabonetes, vinham três estampas. Teve várias séries: artistas de cinema, bandeiras de países, produtos do Brasil, etc. Esta ele vendeu. Colecionou também selos e moedas.

Luís possui ainda hoje exemplares de antigas revistas como a «Carrioca» e «Revista do Rádio». A primeira de assuntos variados, mas abordando principalmente a vida e obra de antigos artistas do rádio e do cinema. Guarda até hoje também fotos de artistas de Hollywood enviadas autografadas pelos estúdios. Raridades, pois já na época os estúdios passaram a vender, depois de um certo tempo enviando de graça. Ele mostra, com orgulho, fotos de Shirley Temple, Douglas Fairbanks Jr. e Charlie Chaplin ("nessa foto ele está tão moço e diferente que eu quase não reconheci porque a imagem mais forte era a do vagabundo Carlitos"). □

CONJUNTURA

Nova técnica de marketing usa o apelo das religiões

Sala de um apartamento de classe média, um grupo de mulheres de diferentes idades e condições sociais brincam e contam piadas enquanto saboreiam um suco de frutas e biscoitos. Numa mesa ao canto, uma quantidade enorme de artigos de plástico dos mais diversos formatos e utilidades. À primeira vista, se poderia pensar que um grupo de donas-de-casa resolveu se reunir para trocar idéias sobre o dia-a-dia e receitas culinárias, mas na realidade trata-se de uma forma de venda de artigos plásticos que está tomando conta da cidade. Mais precisamente, é a «Tupperware», uma firma americana que está entrando com força total no mercado brasileiro, ao ponto de um único Estado conseguir em um mês atingir um total de Cr\$ 100 milhões em vendas.

Com cerca de 300 vendedoras no Rio Grande do Norte, todas trabalhando sem vínculo empregatício — apenas por comissão — a sua rápida ascensão dentro do mercado não causaria grandes preocupações se não estivesse aos poucos incutin-

do na cabeça das monitoras e promotoras a idéia de que a firma é uma espécie de família, e cada membro tem que trabalhar firme e incansavelmente para o seu sustento. Uma ex-vendedora da «Tupperware» que não quis se identificar, afirma que, na verdade, existem algumas coisas boas, como por exemplo o incentivo, o reconhecimento ao trabalho realizado e os prêmios. Em contrapartida, existe a exploração total e uma espécie de lavagem cerebral, exigindo o máximo em termos de dedicação.

PROGRAMA DE INICIAÇÃO — As exigências começam a partir do momento em que a pessoa se apresenta para ser vendedora, quando é submetida a uma rigorosa seleção onde a boa aparência, o desembaraço e a facilidade de comunicação são fatores importantes. Após a aprovação no exame inicial, a candidata preenche uma ficha cadastral que é encaminhada ao Serviço de Proteção ao Crédito para informações, e começa o aprendizado. Até

PEÇAS PARA VOLKSWAGEN E FIAT

A Casa do Volks já é um ponto de referência no comércio de peças e acessórios para Volkswagen e Fiat, em Natal. Agora, uma boa notícia para sua clientela: a Casa do Volks é distribuidora da caçamba reboque Ribotta, fabricada em São Paulo. Os modelos das caçambas Ribotta são especiais para praia e campo, usadas também em várias utilidades, como depósito para gelo, converte em armário, espaço para pneu de suporte. Capacidade para 300 quilos de carga. Facilmente adaptável a todos os tipos de carros.



CASA DO VOLKS
Av. Prudente de Moraes, 1804
Tel.: 223-2488



que esteja considerada apta para trabalhar, a candidata tem que assistir a, no mínimo, cinco demonstrações, ou seja, cinco reuniões em casas de pessoas que estejam interessadas em conhecer os diversos artigos da «Tupperware».

Dentro do programa de iniciação, ainda segundo a vendedora, a candidata começa a freqüentar as assembléias semanais, realizadas sempre às segundas-feiras, onde — sob o comando do casal Ciro e Cidinha, gerentes regionais da «Tupperware» — têm que aprender a cantar, bater palmas e louvar a firma, quase como se fosse uma espécie de seita religiosa. Nessas assembléias, são entregues os brindes às vendedoras ou monitoras (cargo imediatamente acima da vendedora) que se destacaram nas vendas mensais, semanais ou nas promoções feitas periodicamente. Cada ganhadora de prêmio tem que subir no palco e agradecer de público, incentivando as demais companheiras para que façam o mesmo porque serão recompensadas.

Os artigos oferecidos pela «Tupperware» são feitos de polietileno e, segundo as vendedoras, possuem uma garantia de cinco anos de uso, por isso é que são um pouco mais caros do que os outros artigos plásticos à venda no mercado. Cada vendedora ou promotora tem que realizar um determinado número de reuniões semanais, onde faz a demonstração dos artigos, que podem ser para armazenamento, congelamento, mesa, geladeira ou piquenique. Durante essas reuniões, as participantes fazem pedidos da mercadoria e a vendedora marca a data para a entrega, que geralmente é uma semana após. A dona da casa (anfitriã) fica encarregada de recolher o dinheiro, de modo que, quando a mercadoria é entregue, o pagamento é feito à vista. Do total das vendas, a vendedora tem um percentual de 20 por cento, ficando o restante para a firma.

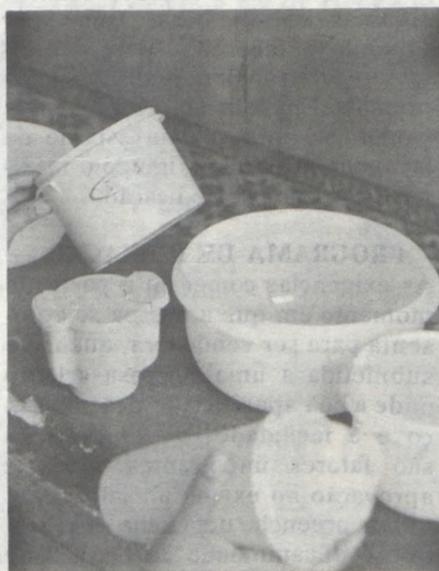
FAMÍLIA DE SUCESSO — Dependendo do total das vendas, a anfitriã também recebe brindes e pode, inclusive, concorrer a outros prêmios, tais como geladeiras, fogões, televisores em cores e outros. Existem algumas vendedoras que conseguem um bom nível de vendas e são promovidas a monitoras, passando a terem a sua própria equipe de vendas. Isso não significa, no



A sede de uma quase seita

entanto, que ela vai deixar de fazer reuniões e vender produtos; ao contrário, ela terá que se esforçar cada vez mais para subir dentro da firma e chegar, talvez, a gerente regional. Para que isso ocorra, porém, é necessário que ela seja casada (e bem casada) e o esposo aceite também trabalhar para a «Tupperware».

Um fato interessante, segundo a vendedora, é que, entre os diversos brindes que são sempre oferecidos àquelas que se destacam, há algumas viagens, mas estas têm o único e exclusivo objetivo de fazer com que essas pessoas freqüentem cursos de aperfeiçoamento sobre a «família Tupperware», e se convençam cada vez mais de que é importante trabalhar para o sucesso da firma. Uma verdadeira lavagem ce-



Produtos e lavagem cerebral

rebral — insiste a denunciante em classificar o processo pelo qual passam aquelas que trabalham para a firma. A proposta da direção é que as vendedoras e promotoras passem a viver em função da «Tupperware», aumentando sempre o volume de vendas e enriquecendo cada vez mais os proprietários sob a remota promessa de uma promoção futura.

O trabalho de aliciamento está se tornando tão forte, afirma a vendedora, que algumas pessoas, mesmo diante das evidências de que estão sendo exploradas, continuam se esforçando para vender cada vez mais. Ela cita como exemplo o caso de Doralice, uma monitora que precisou fazer uma cirurgia e, como não tinha vínculo empregatício, não podia utilizar a assistência médica do INAMPS. Então pagou como autônoma para poder fazer a cirurgia e, em menos de 15 dias, estava outra vez trabalhando, chegando ao ponto de desfalecer no meio da rua, uma vez que não estava totalmente curada. Há outro aspecto da exploração que as vendedoras não percebem: dos 20 por cento que recebem pelas vendas, têm que pagar os brindes que oferecem às donas das casas onde as reuniões são realizadas, os convites, os blocos de pedido e o Imposto Sobre o Serviço.

PAGANDO TUDO — Preocupadas sempre em vender cada vez mais, tanto as monitoras como as vendedoras não percebem muito bem esses detalhes, diz a vendedora, e só depois de uma análise mais

demorada é que se consegue refletir sobre o grau de exploração. Vendedora da «Tupperware» durante um ano, ela afirma que, mesmo observando o que estava acontecendo de errado, demorou cerca de seis meses para conseguir sair. Isso porque não era fanática, nunca aceitou cantar hino, nem era das melhores vendedoras. E, apesar de procurados pela reportagem de RN/ECONOMICO, os gerentes regionais da empresa não quiseram prestar declarações, permanecendo inacessíveis em seu escritório da Rua Apodi.

Mas não apenas a «Tupperware» tem conseguido atingir índices elevados de vendas explorando os vendedores. A «Avon», que trabalha com cosméticos e até bijuterias, é outra firma que vem ao longo dos anos explorando as pessoas e fechando sempre no final do ano um balanço altíssimo. O sistema de vendas é um pouco diferente da «Tupperware» porque, enquanto num a venda é realizada através de reuniões, o outro é através de catálogos, mas ambos com vendas à vista e sem que as vendedoras tenham Carteira Profissional assinada, ou qualquer direito trabalhista. Na «Avon», que não tem sede no Rio Grande do Norte — e é uma das

maiores em arrecadação de ICM — as vendedoras ganham 18 a 20 por cento das vendas, mas também pagam tudo, desde o catálogo onde estão demonstrados os produtos, até o talão onde são feitos os pedidos. Até o saco onde a mercadoria é colocada, a vendedora tem que comprar, afirma Maria de Lourdes Silva, que há pouco tempo começou a trabalhar com a «Avon» e já está pensando em deixar.

O grande problema das revendedoras da «Avon» é que os produtos são frágeis e muitas vezes quebram durante a viagem desde a matriz no Rio de Janeiro até aqui, e não há como provar que o artigo já chegou danificado. O resultado é que a revendedora tem que pagar da sua percentagem o prejuízo. E no caso em que o cliente faz um pedido e desiste, a revendedora é quem tem que arcar com as despesas. Além disso, periodicamente a matriz envia produtos que estão estocados para ser vendidos e, quando isso não ocorre, não aceitam devolução. Maria de Lourdes disse, que em nosso Estado, além das revendedoras, existem as promotoras, que coordenam as vendas, ficando encarregadas do recebimento dos pedidos e do envio até a matriz. □

INTERIOR

O impacto das chuvas numa terra castigada pela seca

“Agora quando se pensava que esse ia ser um ano de fartura, acontece um desastre desse...” O comentário, feito ao telefone, por um funcionário do primeiro escalão do Governo do Estado, registra a marca das indignações de todos que de alguma forma estão ligados ao setor primário da economia, seriamente comprometido neste inverno pelo excesso de chuvas. As enchentes no Nordeste, e particularmente, no Rio Grande do Norte, além de desa-

brigarem milhares de pessoas, destruíram lavouras, salinas, devendo repercutir ainda por algum tempo na vida de muita gente.

Os cinco anos de seca não deixavam ninguém prever que este ano o Rio Grande do Norte teria prejudicada boa parte de sua produção agrícola por causa de chuvas. Na verdade, o início do inverno foi motivo de euforia para os agricultores e para todos que apreciavam o verde que começava a se espalhar pe-

las áreas antes sem vegetação nenhuma. E foi mais uma vez o longo período de estiagem que fez as autoridades ligadas ao setor hesitarem em se entusiasmar com o início das chuvas, sempre condicionando a possibilidade de boa safra: “Se as chuvas continuarem...”

PETRÓLEO POR ÁGUA ABAIXO

— Ironicamente, hoje essas autoridades se empenham em salvar as pessoas atingidas pelas enchentes, providenciando abrigo, medicamentos e alimentos. O Governo Federal, numa de suas ações em favor dos flagelados do Nordeste, destinou 120 milhões de cruzeiros para a região, cabendo 20 milhões ao Rio Grande do Norte, que teve todo esse dinheiro aplicado na compra de medicamentos. Em abril, o Governo do Estado antecipou a cota de ICM para as Prefeituras dos Municípios atingidos, representando um total de Cr\$ 630 milhões mensais.

Enquanto isso, também por conta das enchentes, o Estado deixa de receber, mensalmente, somente da Petrobrás, mais de 100 milhões de cruzeiros. A empresa teve mais de 100 poços danificados pelas águas, representando uma perda de 7 mil barris de petróleo por dia, 210 mil dólares ou mais de Cr\$ 1 bilhão. A interdição de algumas estradas também forçou a empresa a fazer todo o escoamento da produção por Natal — normalmente isso é feito também por Guamaré e Fortaleza. Para que esse quadro se normalize logo, a Petrobrás se aliou ao DER — Departamento Estadual de Estradas de Rodagens — e ao DNER — Departamento Nacional de Estradas de Rodagens — na recuperação de rodovias federais e estaduais.

Os prejuízos totais são enormes e ninguém ainda se dispôs a fazer um levantamento rigoroso. Somente no setor salineiro — um dos prejudicados enormemente pelas enchentes — uma avaliação feita no final de abril pelo Secretário da Indústria e Comércio, Jussier Santos, falava em cerca de 10 bilhões de cruzeiros de prejuízos. Nesse caso, vale res-

Toda mãe merece o paraíso.



Neste Dia das Mães, com todo o respeito, pegue a mamãe dos seus filhos e venha com ela ao Tahiti.

Essa história de ser mãe é padecer no paraíso não tem graça nenhuma. Bom mesmo é usufruir das delícias do paraíso.

MOTEL TAHITI
O paraíso é aqui



A seca queimou as safras ...

saltar que a previsão é de que o pior vem para a safra do próximo ano, quando o Rio Grande do Norte, um dos grandes produtores de sal, deverá importar o produto, com a perda de 60% de sua produção.

PIOR QUE EM '74 — No momento, a maior preocupação é salvar as populações das águas, do desabrigo, da fome e das doenças. Muita gente perdeu sua casa, móveis, mas não foi registrado nenhum caso de morte. Toneladas de alimentos chegam aos locais onde foram armadas barracas para os flagelados, junto com medicamentos e até médicos e enfermeiros que voluntariamente resolveram ajudar. Foi o caso dos 62 profissionais da área de saúde que se deslocaram até Mossoró e Baraúna, no final do mês passado, junto com políticos do PMDB e membros do Instituto Varela Barca. Levavam 50 toneladas de alimentos doadas pelo Governo do Paraná, além de doações colhidas em Natal.

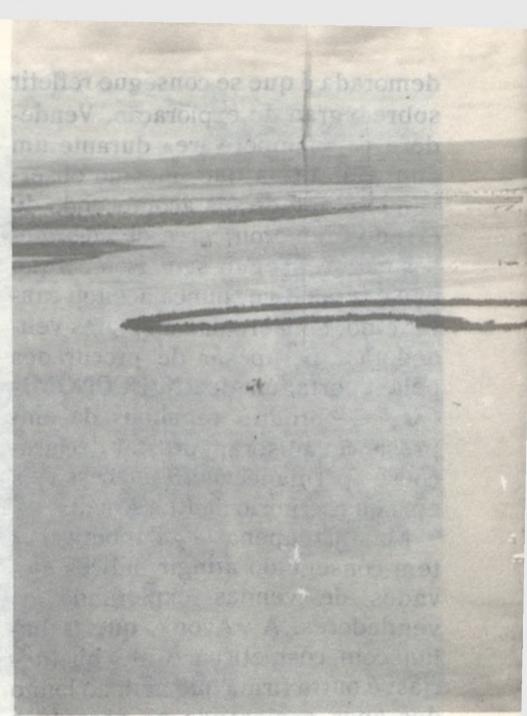
Um dos Municípios mais atingidos foi Mossoró, que chegou a ter mais de 10% de sua população (180 mil habitantes) desabrigados. As autoridades daquela cidade chegam a admitir que a situação foi pior do que a cheia de '74, que teve 18 mil desabrigados — a de 85 alcançou 20 mil. A enchente só não foi pior agora, observava Laíre Rosado, Presidente da Comissão Municipal de Defesa Civil, por causa da dicotomização do Rio Mossoró — projeto que, na verdade, não chegou a ser concluído por não terem sido repas-

sados recursos de convênio celebrado entre o DNOS e a Prefeitura Municipal de Mossoró.

Em alguns locais, as águas do Rio Mossoró chegaram a mais de 1 metro dentro de residências e outros prédios. Duas emissoras de rádio — a Difusora e a Tapuyo — ficaram fora do ar por vários dias, com seus estúdios inundados. O jornal Gazeta do Oeste também deixou de circular por dois dias, 12 e 13 de abril, e até mesmo o prédio da Secretaria de Trabalho e Bem-Estar Social em Mossoró, na Avenida Dix-sept Rosado, teve seu trabalho de assistência aos flagelados prejudicado com as águas em seu interior.

APOIO ENTRE CONCORRENTES — Os transtornos não ficaram por aí. Nada menos do que quatro agências bancárias fecharam suas portas por vários dias: o Banco do Nordeste na Praça Rafael Fernandes; o Banco do Brasil na Praça Getúlio Vargas; além do Bradesco e Banco de Mossoró na Avenida Vicente Saboya. Também ficou inundado o Posto Imperial, tradicional boate da noite mossoroense, o mesmo ocorrendo com a Churrascaria «O Sujeito», na Rua Cunha da Mota, que perdeu várias cadeiras e mesas carregadas pelas águas.

Uma situação bem peculiar, no entanto, enfrentou a Indústria de Móveis Silvan, exportadora de móveis e fornecedora de todo o mobiliário do Banco do Nordeste do Brasil. Situada na Avenida Presidente



... hoje afogadas pela chuva ...

Vargas, a cerca de 200 metros da ponte Jerônimo Rosado sobre o Rio Mossoró, a fábrica foi inundada, forçando seu proprietário, o vice-Prefeito Sílvio Mendes, à constrangedora iniciativa de procurar ajuda do seu principal concorrente, a Indústria de Móveis Lindomar.

O maior vexame ficou para as lojas localizadas na Praça Rodolfo Fernandes, no centro da cidade, que construíram às pressas, muros de cerca de meio metro para livrarem seus produtos das inundações que terminaram acontecendo. Em alguns casos, os lojistas recorreram a motores que jogavam as águas de volta na imensa lagoa que se formava ao redor da praça. Mesmo com todo o malabarismo, a maioria das lojas teve grandes prejuízos em danos de seus produtos, sem falar no dinheiro que deixou de circular pelos vários dias em que as lojas comerciais ficaram fechadas.

RECONSTRUÇÃO E BENEFÍCIOS — Passada a fase mais crítica, na segunda quinzena do mês passado, os Governos Estaduais começam a peregrinação por recursos para recuperar o que foi perdido, tanto do ponto de vista social como do econômico. Até aquela época, a Sudene já tinha aplicado mais de Cr\$ 3 bilhões no socorro às populações do Rio Grande do Norte, somando a mais de Cr\$ 1 bilhão aplicado pelo Governo do Estado, em alimentos, medicamentos, barracas, e na assistência médica principalmente às crianças.



... e perpetuando o sofrimento do povo

Em Mossoró, já começava a relocalização dos moradores de Cururu, no Alto da Conceição e às margens do Rio Mossoró. Noventa e seis casas foram construídas em Carnaubais, dentro do Projeto «Crescer», embora mil pessoas ainda estivessem abrigadas em 159 barracas naquela região. A reconstrução, no entanto, mostra um lado curioso da situação: os beneficiados das enchentes, como é o caso do pedreiro Francisco Batista dos Santos, casa-

do, dois filhos, desempregado há dois meses: “Olha, me pediram uns serviços”, dizia ele, contemplando as águas que cobriam a Avenida Presidente Vargas, “e eu acho que pelo menos dois meses de trabalho e sustento da família eu tenho”.

Na área do Governo do Estado, novos levantamentos deverão ser feitos para conhecimento do total de prejuízos. Em menos de 15 dias, o documento enviado ao Ministro do Interior, Ronaldo Costa Couto, e ao

Presidente José Sarney, relacionando os estragos e pedindo recursos para recuperação, ficou totalmente defasado. O número de desabrigados, que era de 30 mil a 18 de abril, havia passado de 100 mil no final do mês, e os Cr\$ 80 bilhões pedidos seriam quase nada para realizar os trabalhos necessários.

DEM O PIOR — Para ilustrar o rápido agravamento do quadro, basta lembrar a euforia com que foram recebidas as 300 toneladas de alimentos enviados pela Sudene por volta do dia 16 do mês passado. No final do mês, o Governo do Estado chegou a distribuir 280 toneladas de alimentos somente em um final de semana. Já nesta época, o volume de alimentos levados ao interior semanalmente tinha chegado a 250 toneladas, levados em caminhões que serviam à Secretaria da Agricultura.

No entender das autoridades do Governo, o pior vem agora, que é a reconstrução das estragadas cidades atingidas pelas chuvas. A previsão oficiosa que se tem é de precipitações ainda por todo o mês de maio, embora em menor intensidade. A Secretaria da Agricultura iniciou a distribuição de sementes de algodão, milho, arroz e feijão nas áreas que não estão mais inundadas. Existe a esperança de recuperação de parte da safra agrícola em algumas regiões. Isso, paradoxalmente, se as águas baixarem antes que pare de chover. □



ARQUIVO TN

Mossoró, a mais castigada

IRANILTON MARCOLINO

Nordeste ferido de morte

ALUÍSIO DE LACERDA

Quem salvará o Nordeste? Que pecado cabeludo cometeu sua gente para merecer tamanho castigo? As chuvas caídas em abril último ultrapassam cinco vezes a média anual em tempos de bom inverno. Pouco restou. As pastagens representam o único saldo positivo, mas até onde conhecemos, o homem não come capim. Um desastre! Lá se foram nossas rodovias, pontes, pontilhões, estradas vicinais, açudes ... e as esperanças de uma boa safra agrícola. Nos últimos dias de abril, pasmem, quase faltava calamidade para tanta «assistência aos flagelados». Respondam, sinceramente, há solução para o Nordeste? Somente com os nossos netos no poder, e olhe lá.

A região não merece isto. Ressalvadas as naturais exceções, nossos homens públicos insistem na manutenção da política de favores, na distribuição de esmolas, vergonhosamente. É incrível, ninguém acredita numa desagregação social, principalmente depois de tantos compromissos de mudança assumidos em praça pública. Não fosse a determinação de uns poucos e a estas alturas já estaríamos manifestando a descrença total no futuro deste pedaço de Brasil.

Não vale a pena uma análise agora dos desacertos dos últimos vinte e um anos. Assumamos a pesada tarefa de governar antes que se manifestem os primeiros sinais de insatisfação. Recapitulemos os compromissos maiores assumidos com a região. Para que haja um mínimo de credibilidade é necessário abandonar velhos métodos e preparar o caminho do desenvolvimento regional. Para tanto, há, igualmente, a necessidade de se mobilizar a opinião pública a fim de que se manifeste e exerça uma pressão legítima.

Dessa pobre gente nordestina não se pode mais exigir sacrifícios. Já sugaram-lhe todas as reservas,

inclusive morais. Também não se deve enumerar aqui as alternativas tecnicamente viáveis e economicamente vantajosas para o combate às secas. Apenas um órgão do Governo Federal, a Embrapa, dispõe de uma tonelada de projetos devidamente testados e de indiscutível eficiência.

Quantos, nesta região, alcançaram o privilégio de participar do rateio de recursos via Finor, Fisete, Sudene? Quem teve acesso ao crédito agrícola? Grandes foram os favorecimentos, poucos os favorecidos. Até parece que a ação do Governo é pessoal e intransferível. Todos temem pelo futuro da região. Não queremos pensar agora em termos nacionais, quando a inflação resiste a todos os tipos de remédios ministrados. A região está ferida de morte.

O Projeto Nordeste, que proclama a nossa redenção, não passa de um velho pacote, à moda do velho regime, via Decreto-Lei, usurpando o poder do Legislativo de oferecer planos e idéias, na certeza de que se estaria oferecendo o melhor para a região. A própria Sudene, nossa velha conhecida, nega a viabilidade do Nordeste. Mesmo que o Projeto Nordeste seja aplicado com toda correção pouco mais de um terço da população ativa rural será beneficiada. Não é difícil concluir que os dois terços restantes formarão um bolsão de pobreza tão grave quanto o atual.

Estados e Municípios exigem autonomia, sugerem o federalismo pra valer. Serão atendidos. Em contrapartida, dividirão responsabilidades. O aviso é do Ministro Dornelles: "Eles terão que arcar diretamente com suas responsabilidades". Os Secretários Manoel Pereira e Haroldo Bezerra sabem muito bem avaliar o peso dessa declaração. Alguns prefeitos também.

Intermédica

Av. Prudente de Moraes, 1495
Natal-RN — Fone: 223-3663



Assistência Médica Global à indústria, comércio e bancos através de convênios. Plano de Saúde Familiar/Individual.

* Consultas * Pronto Socorro *
* Laboratório * Ambulância * Dentistas

AGENDA DO EMPRESÁRIO

ÍNDICES

INFLAÇÃO

Maio	7,2%
No ano	49,9%
Em 12 meses	228,8%

ORTN

Abril	Cr\$ 34.166,77
Maio	Cr\$ 38.208,46

UPC

Trimestral (abril)	39,84%
--------------------------	--------

INPC

Março	11,85%
No ano	40,02%
Em 12 meses	223,91%

REAJUSTE SALARIAL SEMESTRAL

Maio	89%
------------	-----

ICC (ÍNDICE DE CUSTO DE CONSTRUÇÃO)

Março	11,6%
No ano	35,6%
Em 12 meses	201,6%

ALUGUEL

Residencial-anual (maio)	179,13%
Semestral (maio)	71,2%
Comerciais (Igual à	
Corr. Mon. em 12 meses) (abril)	233,82%

CORREÇÃO CAMBIAL

	Fevereiro	Março	Abril
	10,2%	12,4%	
No ano: 39,836%			
Em 12 meses: 239,724%			

CADERNETA DE POUPANÇA (RENDIMENTOS)

Maio	13,26%
Junho	12,35%

MVR (Maior Valor de Referência) Cr\$ 87.997,20

SALÁRIO MÍNIMO Cr\$ 333.120

IPC (NATAL)

Março	Variação Percentual
Índices de Preços	10,32%
Alimentação	5,65%
Habitação	29,96%
Despesas pessoais	19,24%
Bens duráveis	7,02%
Transportes	2,81%
Vestuário	4,21%
Educação	1,03%
Saúde	49,94%
Variação Percentual Acumulada (Fev/Mar)	
— Fonte: IDEC	

INDICATIVOS AGROPECUÁRIOS

VALOR BÁSICO DE CUSTEIO — V. B. C.

Feijão	Cr\$ 317.000
Algodão Herbáceo	Cr\$ 347.000
Algodão Arbóreo (2.º ano em diante)	Cr\$ 127.000
Mandioca (dois ciclos)	Cr\$ 625.000
Milho	Cr\$ 221.000
Sorgo	Cr\$ 221.000

PREÇO DA TONELADA DA CANA (REGIÃO NORDESTE)

Posta na esteira	Cr\$ 57.597,60
Preço líquido	Cr\$ 42.899,16

PREÇOS DIVERSOS AO PRODUTOR

Litro de Leite (Clan) — Bruto	Cr\$ 800
Litro de Leite (Clan) — Líquido	Cr\$ 780
Arroba do gado bovino (Boi em pé)	Cr\$ 69.000
Quilo de Suíno	Cr\$ 6.000
Quilo de Ovíno e Caprino	Cr\$ 7.000
Custo médio da diária no campo	Cr\$ 7.000

— Fonte: Sertel S/C Ltda. Dados válidos para o RN



Abundio

AGENDA

PRINCIPAIS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS PARA ABRIL/85

• REAJUSTE SALARIAL

Serão reajustados, a partir deste mês, os salários dos empregados com datas-base em Maio/84 e Novembro/84

• PIS-FINSOCIAL

Recolhimento mensal — Dia 15 de cada mês.

• DIRF — DECLARAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA NA FONTE

As pessoas jurídicas que efetuam créditos ou pagamentos a terceiros, com retenção de Imposto de Renda na Fonte, apresentam a DIRF, mensal e anualmente.

• IMPOSTO DE RENDA

Recolher o Imposto descontado na Fonte dos assalariados e das comissões, honorários, fretes e carretos, etc., pagos ou creditados no mês anterior. Atualmente os prazos de recolhimento do Imposto de Renda na Fonte estão disciplinados nas Portarias MF números 136 e 309, ambas de 1983. Acompanhe as atualizações posteriores nos Boletins IOB.

• CONTRIBUIÇÃO SINDICAL — ENTREGA DE RELAÇÃO

Os empregadores que tiverem recolhido a contribuição sindical dos empregados em abril, remetem dentro de 15 dias contados da data do recolhimento, ao Sindicato da categoria profissional, relação nominal dos empregados contribuintes indicando as funções de cada um, o salário e o valor recolhido. Essa relação pode ser substituída por cópia da Folha de Pagamento.

• PIS-DRC

Apresentar o Documento de Solicitação e Resumo de Cadastramento (DRC), solicitando DCPIS à agência bancária.

• PIS-DCPIS-DRC

Entregar até o dia 20, já preenchidos, à agência bancária o DCPIS e DRC.

• PREVIDENCIA SOCIAL E FUNRURAL (IAPAS)

Recolhimento das Contribuições.

• FGTS

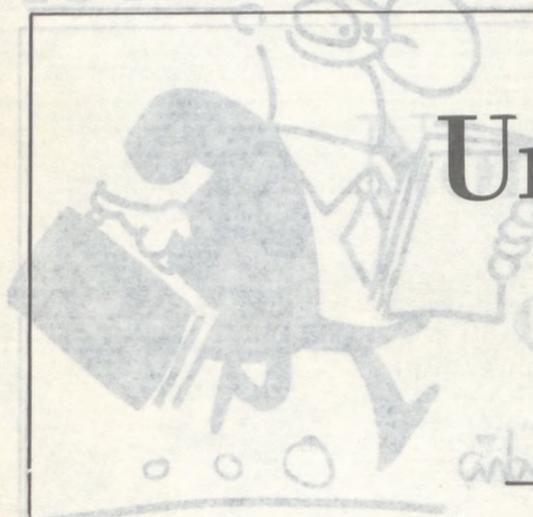
Efetuar os depósitos relativos às remunerações pagas no mês anterior.

• PASEP

Compete às entidades vinculadas ao PASEP providenciar o cadastramento dos servidores desde que ainda não cadastrados no PIS ou no próprio PASEP.

• CADASTRO DE EMPREGADOS

Entregar a repartição do Ministério do Trabalho a relação das admissões e demissões ocorridas em abril/85.



Um impasse a mais

OLGA DE MATTOS

Cessados os rumores da Taça de Ouro — o ABC cumpriu a campanha «anunciada» ainda durante as primeiras partidas e não foi além da primeira etapa — é hora dos clubes locais e da Federação Norteriograndense de Futebol imaginarem uma fórmula de disputa capaz de evitar o fracasso do próximo Campeonato Estadual. Escaldados pela irregularidade do ABC na Taça de Ouro, os torcedores precisarão ser estimulados a voltarem ao campo.

Não vai ser fácil. A desclassificação custou aos cofres do ABC uma pequena fortuna, dispendida com o pagamento de altos (ao menos para a realidade financeira do futebol local) salários a alguns de seus jogadores, todos contratados por um período de três meses. Isto significa que nenhum deles — Alex, País, Zé Adilson, Darci, Capanema, Márcio — disputará o Campeonato Estadual, a menos que, num ano de eleições, o presidente do clube, Deputado Estadual Rui Barbosa, resolva comprar a parada.

Rui já manifestou sua pretensão de disputar a Prefeitura de Natal, e certamente não correria o risco de comprometer sua imagem política arranhando a de administrador eficiente, supostamente demonstrada durante os dois últimos anos. Manter aceso o interesse do torcedor pelo Campeonato custará a Rui Barbosa muito do seu próprio dinheiro, sem falar no entravesai nas agências de bancos, fonte a que os clubes brasileiros recorrem cada vez mais regularmente.

Está claro que o sucesso do Campeonato depende da situação que o ABC atravessará nas próximas semanas por uma razão evidente, que se soma ao número de seus torcedores — o «time do povo» é o único que ainda consegue sobreviver no Rio Grande do Norte sem atrasar os salários dos seus jogadores. Os demais, atolados até o pescoço no charco cavado pela crise generalizada que assola o futebol brasileiro, sobrevivem praticamente apenas na vontade dos seus torcedores.

O América, por exemplo, virou literalmente um caso de polícia. Jogadores recusam-se — de forma justa — a treinar porque não recebem nenhum dinhei-

ro; a sede social, outrora louvada como a mais bonita do Nordeste, cai aos pedaços, com sucessivos cortes de telefones por falta de pagamento; e, coroando tudo, a diretoria do clube é obrigada a leiloar jogadores, cumprindo sentenças judiciais motivadas por cobranças de credores.

Nessas condições, como montar um time de qualidade bastante para disputar com o ABC o título da competição? Melhor dizendo, como conseguir montar um time qualquer? Quanto aos demais, a situação não diverge em nada dos «grandes». O Alecrim passou todo o primeiro semestre sem atividades, cedendo a clubes da Paraíba os seus melhores jogadores. Às voltas com o saneamento de um rombo de mais de Cr\$ 100 milhões, provocado, no final do ano passado, pela firma que administrava os seus títulos patrimoniais, o clube seguramente disputará o Estadual com sobras coletadas aqui mesmo em Natal.

Os demais clubes da Capital, não merecem mais que a indagação: onde estão? Sua importância reside no fato de ajudar a compor o número mínimo exigido pela legislação esportiva para que o Campeonato seja disputado. No interior do Estado, Baraúnas e Potiguar de Mossoró, além do Potyguar, de Currais Novos, já entoam uma surrada melodia, cantada todos os anos: sem ajuda da Federação, não disputarão o Campeonato. Não há dinheiro, proclamam seus dirigentes, nem mesmo para as despesas com as viagens necessárias.

O quadro não é novo. Nos últimos cinco anos, o futebol brasileiro em geral entrou numa fase de desestruturação de todos os seus clubes, inclusive os do eixo Rio-São Paulo, obrigados a vender suas estrelas para equilibrar as contas. No Rio Grande do Norte, dada a precária estrutura financeira dos clubes e a falta de imaginação dos cartolas da FNF, os efeitos são muito mais drásticos, de modo a despertar dúvidas, a cada início de temporada local, sobre a realização do Campeonato Estadual.

Por falar nisto, haverá o Campeonato da 2.^a Divisão?

A CHAVE DO TESOURO ESTÁ NO ELDORADO, O CONSÓRCIO NATALENSE.



O Consórcio Eldorado é o caminho que leva você do sonho à realidade do carro novo ou usado, de todas as marcas. Motos também. A álcool ou a gasolina. Parece um sonho mas não é. Afinal, o Consórcio Eldorado trabalha com duas maravilhas da vida moderna: o automóvel e a moto. Em três anos de atuação o Consórcio Eldorado já entregou a seus consorciados 862 veículos novos. O pioneirismo também faz parte do Eldorado. Pois, foi o primeiro Consórcio a criar grupos de carros usados, e o sucesso já é tanto, que em menos de 90 dias já lançou um terceiro grupo desta categoria. Além do mais o Eldorado é o único Consórcio local, que trabalha com todas as marcas, sem burocracias



e sem perda de tempo. As muitas solicitações já comprovam o sucesso. O Eldorado, nesses três anos, já formulou 18 grupos de consorciados, sendo 11 para carros novos, 3 para veículos usados, e 4 de motos, com aproximadamente 1.700 associados. Venha ao Eldorado. Fique à vontade em suas novas instalações com amplo estacionamento e exposição de veículos de todas as marcas, para sua maior comodidade. Quem compara fica com o Eldorado. Pois além de todas as vantagens oferecidas, o Consórcio estendeu aos seus clientes, a promoção da VW não aumentando o preço dos veículos dessa marca, durante o mês de março.



ELDORADO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.

Av. Prudente de Moraes, 1108 — Tel.: 222-9246 — Tirol — Natal-RN.

As melhores impressões vão passar por aqui.

O RN/Econômico não é apenas o mais bem equipado parque gráfico do Estado

É também o mais veloz. Se você duvida, faça um teste: ligue para 222-4722 e diga qual é o seu problema.

A partir daí, toda uma equipe fica à disposição de sua empresa. Para serviços de off-set, policromia, tipografia, fotocomposição, fotolito, plastificação, composição de livros, jornais e revistas, impressão de notas fiscais, duplicatas, faturas e promissórias.

Vamos, telefone. Sua empresa vai ter uma excelente impressão do nosso parque gráfico.



RN/ECONÔMICO
Serviços gráficos de qualidade

222·4722